

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLÓGICA DE GOIÁS/UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS**

**Espacialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica
na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**

**ENSINO ARTICULADO X ENSINO INTEGRADO
CASO SESI/SENAI E CEFET-GO**

REJANE DE EZEVEDO BATISTA ELEUTÉRIO

**GOIÂNIA – GO
2009**

REJANE DE AZEVEDO BATISTA ELEUTÉRIO

**ENSINO ARTICULADO X ENSINO INTEGRADO
CASO SESI/SENAI E CEFET-GO**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Lato sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET-GO, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob orientação da Professora Jacqueline Maria Barbosa Vitorette.

**Goiânia – GO
2009**

[É uma] escola única inicial de cultura
geral, humanística, formativa, que
equilibre equanimemente o desenvolvimento
da capacidade de trabalhar manualmente
(tecnicamente, industrialmente) e o
desenvolvimento das capacidades de
trabalho intelectual. Gramsci

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE
GOIÁS/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ENSINO INTEGRADO X ENSINO ARTICULADO
CASO SESI/SENAI E CEFET-GO

POR

REJANE DE EZEVEDO BATISTA ELEUTÉRIO

Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, apresentado a banca examinadora abaixo, para obtenção do grau de Especialista.

Banca Examinadora

Prof.^a MSc. Jacqueline Maria B. Vitorrette
(coordenadora)

Prof. MSc. Sebastião Cláudio Barbosa

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos

Goiânia, 21 de Agosto de 2009.

DEDICATÓRIAS

Aos meus pais Edmundo e Maria Aparecida, pelo incentivo durante toda vida escolar, por ter cuidado do Mateus com muito amor e carinho, por terem acreditado na minha capacidade e pelo exemplo de vida, no qual eu me espelhei.

Ao meu esposo Eduardo, companheiro em todos os momentos, por ter me dado força quando quis desistir, por ter me amparado nas horas difíceis, por estar cuidando com muito amor do nosso filho durante minha ausência, tornando este trabalho possível.

À minha irmã Elaine, que esteve ao meu lado nos momentos de grandes dificuldades, que me orientou e auxiliou durante este trabalho.

Ao meu filho Mateus, que durante toda a gestação esteve comigo nas aulas driblando a dor, o desconforto, as angustias de marinho de primeira viagem e as dificuldades encontradas, que não foram poucas e pela compreensão do tempo perdido e pelo incentivo, mesmo sem dizer uma só palavra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grande Mestre Jesus, pelos ensinamentos que me auxiliaram nesta caminhada e por ter permitido em meu caminho todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização de mais uma etapa na minha vida.

À professora orientadora Jacqueline Maria Barbosa Vitorette, pela orientação durante todo esse tempo, pela compreensão das minhas dificuldades, por ouvir minhas lamentações e minhas desculpas, pelo apoio recebido e pelas aulas que foram enriquecedoras.

Aos colegas da especialização, principalmente Andréia e Jussara pelo companheirismo durante todo esse tempo.

A todas as pessoas do meu convívio que durante esse tempo souberam cotidianamente incentivar e confiar na minha capacidade.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1	
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	11
CAPÍTULO 2	
INTEGRAÇÃO.....	35
CAPÍTULO 3	
METODOLOGIA.....	52
CAPÍTULO 4	
ANÁLISE DOS PROJETOS DO SESI/SENAI E CEFET-GO.....	53
4.1 – Projeto SESI/SENAI.....	53
4.2 – Projeto CEFET-GO.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	72

RESUMO

ELEUTÉRIO, Rejane de Azevedo Batista. **Ensino Articulado X Ensino Integrado: caso SENAI e CEFET**. 2009. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Federal de Goiás/Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, Goiânia, 2009.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise dos projetos dos cursos do SESI/SENAI e CEFET-GO (Goiânia), em pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. Esta pesquisa surgiu a partir de uma dúvida sobre a diferença entre ensino articulado e ensino integrado. Ao analisar a proposta curricular das duas instituições de educação profissional, compreendemos que a instituição SESI/SENAI, ensino articulado, tem seu princípio pautado na pedagogia da competência, caracterizada pela fragmentação do processo produtivo, enquanto que a instituição CEFET-GO (Goiânia), ensino integrado, tem seu princípio pautado na formação integral do indivíduo, que visa à formação omnilateral do indivíduo. Concluímos que em tese, pelos projetos das instituições educacionais SESI/SENAI e CEFET-GO (Goiânia) têm objetivos, concepções de homem e de sociedade diferentes, e que o projeto SESI/SENAI direciona sua metodologia para o discurso da empregabilidade e faz com que o educando pense que ao adquirir competências para a prática do trabalho está se tornando empregável. Já o projeto do CEFET-GO (Goiânia), a educação está voltada para a inclusão social, o fortalecimento da instituição pública, gratuita e de qualidade, superando a dicotomia trabalho manual e intelectual, teoria e prática e o pensar e o fazer; desta forma contribui para a formação do cidadão crítico, ético, autônomo, independente e transformador da sua realidade.

Palavras-chave: 1 – Educação Profissional; 2 – Educação de Jovens e Adultos; 3 – Integração; 4 – Formação Omnilateral; 5 – Competências e habilidades.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou com uma dúvida entre os cursos do SESI/SENAI e CEFET-GO em Goiânia, se realmente estes eles oferecem uma formação integral. Através da análise dos projetos de cursos, pesquisas bibliográficas, análise documental e entrevista, que se caracteriza em uma pesquisa qualitativa.

O texto começa com um breve histórico da educação de jovens e adultos e educação profissional, que teve início desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. A educação do Brasil foi influenciada por diversos grupos religiosos, políticos e econômicos. Tanto a educação de jovens e adultos como a educação profissional teve grande repercussão com as inúmeras leis que pautaram a educação brasileira. Entre essas leis está o Decreto nº 5.154/2004 que foi e está sendo muito importante para a nossa educação pois, integrou a educação profissional e a educação de jovens e adultos que segue o princípio de construir uma educação que possibilite aos sujeitos a construção de saberes necessários para a vida em sociedade, para o mundo do trabalho e para as relações sociais, construindo um ser social, ontológico, biológico e histórico. Não podemos nos esquecer do Decreto nº 5.840/2006 que instituiu a nível nacional o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), que é a razão fundamental do nosso estudo.

O segundo capítulo analisa a história da integração que iniciou no século XX e no Brasil começou-se a pensar sobre integração com o parecer do deputado Otávio Elísio a partir de 1989. Neste capítulo além de esclarecer o que é integração, discutiremos o trabalho como princípio educativo e os avanços que a formação integral vai trazer para os sujeitos envolvidos, provocando mudanças na sociedade, principalmente nas relações de trabalho e educação.

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada para pesquisa desse estudo, fundamentada na pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista, é um estudo extremamente qualitativo que visa contribuir para a formação integral dos sujeitos que englobe educação, política, economia, ética e outros conteúdos.

O quarto e último capítulo fazem a análise dos projetos SESI/SENAI e CEFET-GO unidade Goiânia, estudando os cursos destas instituições, respectivamente privada e pública, sendo o curso Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos do SESI/SENAI e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Jovens e Adultos do

CEFET-GO (Goiânia), com suas semelhanças e diferenças, verificando o processo seletivo, o perfil do aluno, a organização curricular do curso e o processo avaliativo.

Concluimos que os dois cursos oferecidos por estas instituições de ensino formam sujeitos diferentes, o curso oferecido pelo SESI/SENAI tem seu projeto pautado na concepção industrial, portanto serve a demanda de mercado, já o curso oferecido pelo CEFET-GO (Goiânia) tem seu projeto pautado na construção e transformação do sujeito através da integração do conhecimento, proporcionando ao aluno a construção, reconstrução e reintegração da capacidade de pensar, sentir, fazer e agir, estabelecendo relações entre educação, cultura, trabalho na vida social, política, econômica, cultural e educacional.

CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A história da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional no Brasil começaram com o descobrimento, lembrando que o conceito mais apropriado seria ocupação do Brasil, a partir de 1500. Nesta época, os índios tinham sua própria forma de educar e profissionalizar-se através do artesanato, do cultivo do solo, da caça, das construções de ocas, da fabricação de remédios, entre outras atividades, de acordo com Manfredi (2002),

... com respeito aos povos indígenas existentes no Brasil, na época da chegada dos portugueses, que suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência, no interior das tribos, com os adultos. As práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecções de objetos. Os mais velhos faziam e ensinavam, e os mais moços observavam, repetiam e aprendiam (Brandão, 1985, p. 19) (p. 66).

Os índios tinham que ter o domínio de todo o processo de aprendizagem e do trabalho para sobreviver, desde saber fazer os seus artefatos, a saber, usá-los e poder ensinar os mais novos. Concluímos que os índios não separavam o pensar do fazer. A autora Manfredi (2002), afirma que os índios são considerados os primeiros educadores do Brasil

... é possível afirmar que esses povos (civilizações indígenas) foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para as várias técnicas de cultivo de terra e para a produção de conhecimento. (p. 67).

Os portugueses chegaram aqui, e logo começaram a explorar essa colônia. Mais tarde, chegaram os primeiros educadores portugueses, os jesuítas, alfabetizando os primeiros moradores do Brasil de acordo com sua cultura.

Os jesuítas trouxeram a catequese para os índios, e formaram a primeira escola-oficina, que ensinavam o artesanato europeu, a carpintaria, fabricação de medicamentos, construção de embarcação e edifícios, entre outros, contribuindo com a formação da primeira escola de Educação Profissional. Nesta época, o sistema de produção não necessitava de mão-de-obra mais qualificada, o trabalho era na maioria realizado pelos

escravos. O trabalho especializado era realizado pelos europeus, pois a educação para o trabalho era totalmente elitizada e restrita ao ensino universitário oferecido nos países europeus, somente a partir de 1549 é que o ensino formal chega ao Brasil através dos jesuítas, trazidos pela Companhia de Jesus. Por enquanto a educação profissional desta época não teve nenhuma expressão, pois o ensino era baseado na economia que pautada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo, sendo assim não necessitava de um trabalho técnico especializado.

Com toda essa contribuição na educação, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil causando uma enorme desorganização na educação, pois eles eram os únicos a se dedicar nessa área no Brasil.

As relações de trabalho desta época são cheias de conflitos, pois os índios trabalhavam somente para seu próprio sustento, e o objetivo dos nossos colonizadores era acumulação de riquezas, assim os índios eram e são chamados até hoje de preguiçosos, e foram gradualmente substituídos pelos escravos trazidos da África e de outros países para fazer o trabalho pesado, sem estudo e sem condições mínimas de trabalho. Após a abolição da escravatura esses negros foram substituídos pelos imigrantes europeus, deixando essa população negra sem trabalho, sem direitos, causando uma enorme desordem na sociedade.

No Brasil império já havia mais de 631 lojas de ofícios, e a Educação Profissional era constituída de mestres que deveriam ter seus aprendizes e durante quatro anos aprendiam algum ofício para ser examinado por uma banca da irmandade na qual pertenciam. Nesta época, a Educação Profissional ficou nas mãos das instituições particulares, das academias militares e instituições filantrópicas, sendo que, seus alunos eram os órfãos e os desvalidos, e somente em 1881 que surgiram cursos destinados para mulheres, e no ano seguinte foram criados os cursos comerciais nos Liceus.

Em 1808, a família real foge para o Brasil, trazendo várias mudanças na economia, na política e na educação. Com a chegada da corte portuguesa foram fundadas no Brasil as primeiras instituições de ensino superior públicas. Foi neste período que elaboraram a constituição de 1824, que visava garantir o ensino primário gratuito para todos os cidadãos. Sabemos que isso nessa época era quase impossível, pois não havia escolas nas regiões rurais e escolas urbanas para atender toda a população brasileira, porém, politicamente foi um grande avanço para a sociedade

daquele tempo, mas infelizmente não podemos afirmar que todos tinham acesso a esse ensino, isso seria uma grande utopia.

A educação desta época era de natureza assistencialista e compensatória, pois havia uma grande defasagem escolar da população, e não era considerada uma obrigação pelas autoridades.

A partir da Primeira República é que o sistema educacional começa a se desenvolver através das iniciativas dos governos no nível estadual e federal, surgindo os cursos noturnos para os menores trabalhadores, consolidando a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação Profissional em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, passou por uma transformação nas escolas de aprendizes para tornar um único sistema, pois o ensino profissional público era uma solução e/ou um desafio para ordem econômica e política. Nilo Peçanha ao assumir o governo baixou o Decreto 7.566 de 23 de setembro, criando 19 escolas de aprendizes artífices, localizadas nas capitais, com intuito sócio-político-econômico, algumas capitais não havia um pólo industrial, mas essas escolas serviam também como uma barganha política entre estados e governo federal. A autora Manfredi (2002) cita quais são os objetivos dessas instituições:

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contra-mestres, por meio de ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais. (p. 83).

Foram criados nas escolas de aprendizes cursos noturnos, um curso de desenho e um curso primário para os analfabetos, cada escola deveria ter cinco oficinas manuais ou mecânicas. Essas escolas atenderam mais de 141 mil alunos durante seus 33 anos de existência, com exceção de São Paulo todas as outras escolas não tinham vínculo com o trabalho fabril, nesta época as escolas de aprendizes juntamente com os Liceus de Artes e Ofícios e a igreja católica eram responsáveis pela maior parte da educação profissional no Brasil.

Até meados de 1915, a igreja católica é responsável por grande parte da educação em geral e da educação profissional, profissionalizando grande parte da população em tipografia, alfaiataria, sapataria, marcenaria e outros. Mais tarde, na década de 20, com a aproximação da igreja com o estado, institui nas escolas estaduais

o ensino religioso e começa a utilização de verbas públicas para manter escolas católicas.

A Educação de Jovens e Adultos tem um marco histórico e político, pois a partir de 1930 que o estado cogitou em oferecer educação para todos os analfabetos adultos e adolescentes, foi uma tentativa de resgatar a enorme defasagem educacional brasileira.

Por volta de 1930 foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, e seu primeiro ministro foi Francisco Campos, que por ordem de vários decretos realizou muitas mudanças na educação. Tais mudanças receberam o nome de Reforma Francisco Campos. No ensino profissional a reforma cuidou somente do setor comercial, com o Decreto nº20.158/31 que regulamentava a profissão de contador, porém este tipo de ensino não era articulado com o ensino secundário, e só possibilitava ao aluno ingressar ao ensino superior no curso de finanças, os demais ramos da educação profissional foram marginalizados, enfim essa reforma enfatizou somente a organização do sistema educacional destinado as elites, e com a Constituição de 1937 o ensino profissional era considerado como ensino destinado aos pobres.

Segundo Kuenzer (1997), até 1832 havia o curso rural com duração de quatro anos e o curso básico agrícola que sucedia o rural com duração de dois anos e o profissional que tinha quatro anos de duração com mais dois anos de curso complementar. A proposta curricular pela Reforma João Luiz Alves, em 1925 era propedêutica. Havia outras modalidades voltadas para as exigências do processo produtivo, e o indivíduo não tinha acesso ao curso superior.

Devido ao período de guerra e o crescimento interno da indústria o Brasil precisava de mão-de-obra qualificada, e ficou difícil importar técnicos para o trabalho industrial, neste contexto o Brasil passa por outra reforma conhecida como Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino. Com a reforma Gustavo Capanema em 1942 passou a estruturar o ensino médio como curso, delimitando a divisão social e técnica do trabalho. Com a promulgação das Leis orgânicas os cursos médios de 2º ciclo substituem os cursos complementares, que tinham como finalidade preparar o indivíduo para ingressar no nível superior. De acordo com Kuenzer (1997), haviam os cursos normal, secundários profissionalizantes, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico. Essa reforma foi muito importante para a educação profissional, foi a primeira vez que o governo tomou medidas significativas na questão da profissionalização em nível técnico. Com a criação da Lei Orgânica do ensino industrial, a Lei 4.073 de trinta de janeiro de 1942, as escolas de aprendizes artífices se transformaram no início da rede

federal, as escolas técnicas, posteriormente nos Cefets, e atualmente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a criação dos sistemas SENAI (1942) e SENAC (1946) pela iniciativa privada para tender as demandas exigidas pelo desenvolvimento industrial de ter mão-de-obra qualificada.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, a Educação de Jovens e Adultos passou a ganhar certa prioridade em meio a tantos conflitos e preocupações do governo brasileiro, a educação começou a mobilizar diversos projetos, programas, campanhas de Educação de Jovens e Adultos para refletir e melhorar o analfabetismo no Brasil, que atingiam níveis altíssimos e preocupantes ao poder econômico, a autora Ventura nos explica qual eram os principais objetivos destas medidas educacionais:

No Brasil, com o fim do Estado Novo (1945) define-se um cenário de consolidação do processo de substituição de importações, tido, então, como base de crescimento econômico. Com intensificação do capitalismo industrial no Brasil surgem novas exigências educacionais, principalmente no intuito aumentar o contingente eleitoral e de preparar mão-de-obra para o mercado industrial em expansão. (Ventura, 2007, p. 2).

Com o Decreto nº 19.513 criou-se o Fundo Nacional de Ensino Primário, que marcou o início da institucionalização da educação de jovens e adultos pela União, que tinha como tarefa regulamentar e implantar a educação de jovens e adultos, pois a situação mundial e nacional de analfabetismo era preocupante, havia 55% da população brasileira maior de 18 anos analfabetos, tanto que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) estimulou à criação de programas nacionais de educação de jovens e adultos.

Com a lei orgânica do Decreto nº 4.074 de janeiro de 1942, o ensino técnico-profissional deixou de ser responsabilidade da educação e passou a ser organizado pela economia, e mais tarde o Estado deixou a qualificação dos trabalhadores para os empresários, e vem sendo assim até os dias de hoje. A partir deste momento surge o sistema S, através do Decreto nº 4.048/42 foi criado em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), e após quatro anos, através do Decreto nº 8.621/46 em convênio com a Confederação Nacional do Comércio o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e mais tarde o SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural), respectivamente voltados para atender o setor industrial, comercial e rural, essas instituições foram criadas para capacitar de forma rápida um maior número de pessoas, atendendo a demanda de mercado para a qualificação para o trabalho em todos os níveis de profissionalização.

Desta forma a Educação Profissional passou a tomar novos rumos com essa criação do sistema S (SENAI, SENAR, SENAC e outros), o ensino técnico-profissionalizante passou a ser organizado de acordo com as áreas da economia, tornando-se eleitoreira e preparação de mão-de-obra. De acordo com Kuenzer, o SENAI e SENAC foram criados com fortes influências norte-americanos, sendo construídas a partir dos paradigmas Taylorismo e Fordismo.

A organização da produção em linha expressa o princípio Taylorista da divisão do processo produtivo em pequenas partes, em que os tempos e movimentos são padronizados e rigorosamente controlados por inspetores de qualidade e as ações de planejamento são separadas da produção. (Kuenzer, 1999, p. 126).

Entre as décadas de 40, 50, 60 e 70 o ensino profissional esteve pautado nos modelos de organização do trabalho, influenciado pelos ideários do Taylorismo (idealizado pelo norte americano Taylor, seu princípio era a racionalização dos movimentos, criado para atender pequenas e médias empresas/indústrias) e Fordismo (idealizado pelo norte americano Henry Ford, com intuito de aperfeiçoar o Taylorismo, para atender grandes empresas/indústrias.). Segundo Kuenzer, a educação profissional baseada nos princípios Taylorismo/Fordismo separava a concepção da execução do trabalho, cabiam ao trabalhador Técnico de nível médio as práticas meramente operacionais, priorizando o modo de fazer e o disciplinamento, portanto os cursos oferecidos pelo SENAI e SENAC eram de instrução/treinamento de linha de produção, enquanto que os cargos de competência intelectual superiores não eram desenvolvidos para esses trabalhadores.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico de formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pelas necessidades da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psico-físicas demandadas pelo posto de trabalho; nesta concepção que fundamentou os cursos de treinamento das empresas e de qualificação profissional das agências formadoras, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não se põe para os trabalhadores. (Kuenzer, 1999, p. 126 e 127).

Os dois paradigmas determinavam a fragmentação do trabalho e a supervalorização da técnica, mais tarde essas instituições sofreram com a influência da

Teoria do capital humano, presente até os dias atuais, propagava uma teoria que a educação era a solução econômica para o Estado e impulsionou a profissionalização no Brasil sem alcançar os objetivos esperados.

Na década de 60, Paulo Freire inspirou e inspira até hoje, um dos principais programas de alfabetização e educação popular, diferenciando da alfabetização que vinha se exercendo com uma aprendizagem instrumental, sendo assim o sentido da aprendizagem era a vida das pessoas, então Paulo Freire juntamente com sua equipe foi ganhando grande expressão na alfabetização de adultos, ampliando por todo território brasileiro. Assim o analfabetismo deixou de ser visto como a causa da pobreza e da marginalização, e sim como resultado da situação de pobreza gerada pela sociedade. Paulo Freire criou uma proposta de alfabetização de adultos a partir da leitura de mundo de cada analfabeto, com o objetivo de levar o aluno a participar ativamente do seu próprio processo de aprendizagem, Freire criou materiais que partiam da realidade do aluno, desenvolvendo a aprendizagem e o raciocínio, fazendo com que o educando tornasse um cidadão crítico, e que refletisse sobre a sua realidade, podendo e sendo capaz de transformá-la.

Nesta época surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Nº 4024/61). Segundo Kuenzer (1997), em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional articula o ensino médio e o profissional com acesso ao ensino superior pela primeira vez.

Apenas em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se manifesta pela primeira vez a articulação completa entre os ramos secundário de 2º ciclo e profissional, para fins de acesso ao ensino superior; da mesma forma, os cursos realizados pelo SENAI e SENAC poderiam ser organizados de modo que equivalassem aos níveis fundamental (1º grau) e técnico (2º grau). Esta diferenciação, contudo, não altera a essência do princípio educativo tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos. (1997, p. 15).

Em 1964, como coordenador do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), Paulo Freire tem a função de levar seu método para alfabetizar cinco milhões de brasileiros, contudo isso não foi possível, pois com o golpe militar de 1964 esse programa foi extinto e Paulo Freire foi exilado, pois era considerado um indivíduo

subversivo. Assim, o golpe militar reprimiu o Programa Nacional de Alfabetização e lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), este programa foi lançado a fim de controlar todas as iniciativas de alfabetização. Nesta época do golpe militar o governo lançou a proposta de educação da Teoria do Capital Humano, trazendo inúmeras expectativas para a educação e uma promessa de integrar a educação e emprego, com o objetivo de modernização capitalista, era considerada o “milagre econômico”.

A Teoria do Capital Humano ganhou grande repercussão na década 70, associando educação ao crescimento econômico, pois esta teoria tinha como objetivo atribuir à educação o poder de proporcionar o desenvolvimento dos países e a ascensão social dos indivíduos, redefinindo as relações de trabalho nas empresas com intuito de retorno financeiro e desenvolvimento dessas instituições. Para Kuenzer (1991), essa teoria foi trazida dos EUA pelos mestres e doutores que lá estudaram e era associada à ideologia do “milagre econômico” no período do golpe militar que tinha a educação como função de proporcionar a geração de emprego e a distribuição de renda, e que reduzia a educação à lógica da produtividade e racionalização do sistema escolar.

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases do Governo Militar substituem o secundário e propedêutico pela obrigatoriedade da habilitação profissional a todos que cursarem o 2º grau, mostrando a intenção da educação para o trabalho. Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases, a lei nº 5.692/71, a educação de jovens e adultos obteve um grande investimento público no ensino supletivo, que mais tarde criou-se o DSU (Departamento do Ensino Supletivo). O ensino Supletivo era pautado de quatro funções, de suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação, mesmo assim a educação de jovens e adultos ainda tinha uma concepção assistencialista e compensatória com intuito de recuperar o atraso na educação dessa população. A educação profissional ficou grande parte sob a responsabilidade da igreja católica e instituições filantrópicas. Oliveira (2006) nos esclarece sobre quais eram os interesses dos educadores, governo e empresários:

O estar atento ao que é pensado pela comunidade educacional com o objetivo de estabelecer diretrizes para o ensino médio tem ficado, por parte do governo central, restrito nestes últimos anos, ao que é proposto e almejado pelos setores ligados à economia. Nunca é demais destacar o quão forte foi a intervenção na última reforma do ensino médio e da educação profissional por parte das agências multilaterais e do empresariado brasileiro, sujeitos esses cujas proposições educacionais, puramente

economicistas, estabelecem um reducionismo pedagógico objetivando atender exclusivamente aos interesses do setor produtivo. Tal reducionismo, pautado nos pressupostos da Teoria do Capital Humano, compreende a relação entre educação e trabalho como a relação entre escola e mercado de trabalho, não considerando que a qualificação do trabalhador deve ter objetivos mais complexos do que o desenvolvimento de competências e habilidades especificamente direcionadas à execução de uma atividade profissional. (Frigotto., Ciavatta (orgs.) 2005, p. 152).

A partir de 1980, algumas tentativas, estudos e pesquisas foram se expandindo, gerando meios de trocas de experiências e informações, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), foi substituído pela Fundação Educar, e com a Constituição de 1988, após a superação do regime militar houve a primeira eleição direta para a Presidência da República, o ressurgimento de entidades sindicais, de acordo com a nova Constituição a educação passa a ser direito de todos e dever do estado, colocando a Educação de Jovens e Adultos no mesmo patamar da educação de crianças e adolescentes. Apesar de todos esses investimentos, criação de leis, programas e projetos, Ventura afirma:

Na realidade, o que se mantém é a perspectiva da educação para a classe trabalhadora, centrada, predominantemente, na alfabetização e/ou numa rápida preparação para o trabalho. Duas faces da mesma moeda em um país que, historicamente, quase sempre optou por projetos pontuais, emergenciais, em detrimento das reformas de base e, principalmente, da criação de um sistema nacional de educação que integrasse todos brasileiros de todas as idades. (2007, p. 13).

Na educação profissional, por volta dos anos 80 surge para substituir o Fordismo/Taylorismo, o Toyotismo, que significa a pedagogia da competência, um modelo flexível de ensino profissional, posteriormente regulamentada pela LDB-96.

Enquanto isso, a Educação Profissional com o sistema S (SENAC, SENAR, SENAI e outros) era conduzida pelos empresários, que continuavam servindo ao sistema econômico. Em 1991 foi elaborada uma proposta para o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, voltada para a formação de profissionais capazes de absorver, desenvolver e gerar tecnologia. Atualmente, o SENAI que faz parte do Sistema S possui 407 unidades distribuídas por todo território brasileiro, segundo o Inep de 2000, o Sistema S, juntamente com outras escolas particulares, respondem pela maioria das matrículas na educação profissional no país, concentrando 75% do total geral. No nível

técnico, em 2000, só o sistema S registrou 48.296 matrículas, o que representa uma parcela expressiva dos técnicos formados no país.

No governo Collor, houve uma exclusão na Educação de Jovens e adultos, pois o Ministro da Educação (José Goldemberg) cortou as verbas destinadas ao EJA, pois ele a considerava sem importância para a sociedade, e novamente a Educação de Jovens e Adultos ficou prejudicada pelas políticas públicas.

No final da década de 80, início da década de 90 a teoria do Capital Humano passa a ter um novo significado, que transfere a responsabilidade do Estado, das políticas públicas e da educação profissional para o indivíduo, reconhecendo que não há emprego para todos os indivíduos, mas os capacitados vão estar aptos para conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Na década de 90, a educação foi caracterizada pela consolidação de mudanças nos métodos educacionais, que aos poucos foi amadurecendo idéias e criando a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que reservou um espaço privilegiado na Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, contudo a lei deixa brechas quanto à duração, frequência do curso e da obrigatoriedade das diferentes instâncias governamentais, vejamos o que afirma Ventura sobre este assunto.

Embalada pelo discurso de desqualificação da EJA contido nas propostas e orientações de alguns educadores brasileiros e assessores do Banco Mundial, a proposta de Emenda Constitucional nº 233 (posteriormente transformada no Projeto de Lei nº 92/96) introduziu uma sutil alteração no Inciso I do Artigo 208 da Constituição, o que, na prática, significou a destituição do direito à obrigatoriedade da oferta da EJA, adquirida na constituição de 1988. Na primeira versão, o Artigo 208 estipulava “*ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”. Após a alteração, o governo manteve a gratuidade da educação pública de jovens e adultos, mas suprimiu a obrigatoriedade do poder público oferecê-la. Restringindo o direito público subjetivo quanto ao acesso ao ensino fundamental apenas a escola regular, após a emenda o Artigo 208 ficou assim: “*ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”. (2007, p. 16).

A Educação Profissional na LDB/96 ganhou competitividade e desenvolvimento na economia brasileira. A Educação de Jovens e Adultos ganhou uma seção própria, mas como vimos na citação acima ela retrocedeu em relação à constituição de 1988, e com relação à Educação Profissional, diminuiu a

responsabilidade do estado e do MEC e transferiu essa responsabilidade para o Ministério do Trabalho, além disso, separou a educação básica da formação profissional no ensino médio, isso levou a uma reestruturação do sistema federal de formação profissional, descaracterizando as escolas técnicas, diminuindo a participação do Estado na oferta de cursos de formação profissional, passando para o Ministério do Trabalho essa responsabilidade juntamente com financiamentos públicos, que deixou essa tarefa para instituições da sociedade civil, ONGs, sindicatos e entidades empresariais e religiosas.

Com esse retrocesso, vários educadores, pesquisadores e estudantes reuniram-se nos I e II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (II ENEJA em 2000), para discutir a distribuição de recursos e estudar a identidade da Educação de Jovens e Adultos. Neste período algumas empresas, organizações não-governamentais e sindicatos, começam a se preocupar com a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, pressionando o governo através das políticas públicas, enfatizando a necessidade de aumentar o nível de escolaridade da população, principalmente na questão profissional, devido ao crescimento econômico e da globalização.

Com uma nova ordem mundial estabelecida pela reestruturação capitalista, surgem mudanças políticas, econômicas e culturais, transformando as concepções educacionais de acordo com essa política atual, que exerce um poder na formação profissional e educacional, voltado exclusivamente para atender as necessidades do mercado de trabalho, pois as novas tecnologias e a forma de organização da produção e do trabalho orientavam-se de acordo com as exigências do modelo neoliberal.

Nas últimas décadas, principalmente nos anos de 1990 até os dias atuais a educação profissional tem passado por transformações na sua pedagogia, redirecionando o modelo tradicional de qualificação para uma nova formação para o mercado de trabalho, ou seja, atendendo esse mercado de trabalho o sistema S adota alguns termos como empregabilidade, competência, polivalência, competitividade e trabalho em equipe, contextualizando essas transformações em produtividade, servindo aos parâmetros do mercado capitalista

A educação de jovens e adultos juntamente com a educação profissional após a promulgação da LDB – Lei nº 9394/96 e do Decreto nº 2.208/97 houve várias alterações, pois o decreto propunha uma modernização do ensino profissional no Brasil, de uma forma que acompanhasse o avanço tecnológico e atendesse as demandas do

mercado de trabalho, Frigotto (2005) explica como essas leis andaram na contramão da vontade de muitas organizações e instituições da sociedade:

As reformas educacionais do governo Cardoso se plasmaram para que esta esfera se ajustasse aos processos de desregulamentação, flexibilização e privatização. A proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), negociada durante anos por mais de 30 organizações e instituições da sociedade civil comprometidas com as reformas de base com um projeto democrático de educação, foi dura e sistematicamente combatida. Foram sendo tomadas, pelo alto e autoritariamente, diferentes medidas legais, numa reforma a contra-gotas, até aparecer o projeto do Senador Darcy Ribeiro que, como lembrava Florestan Fernandes, deu ao governo o projeto que esse não tinha. A regressão mais profunda, sem dúvida, ocorreu logo após a promulgação da LDB, no ensino médio e técnico, mediante o Decreto n. 2.208/97. Com efeito, este decreto restabelece o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital e do mercado – pedagogia das competências para a empregabilidade – com base nas Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs e DCNs). (2005, p. 13).

Durante todo processo da construção de políticas públicas que buscassem uma identidade para a educação de jovens e adultos e educação profissional, o MEC e o governo fizeram muito pouco para que essa população excluída da escola pudesse ter acesso a uma educação de qualidade, e que não beneficiasse somente ao mercado de trabalho e/ou mesmo atender as políticas capitalistas neoliberal, vejamos o que Ventura diz a esse respeito:

Buscamos evidenciar que a educação de jovens e adultos trabalhadores ocupou nas décadas de 1980 e 1990 um lugar secundário no interior das políticas do MEC: a insuficiência de ações por parte deste Ministério possibilita-nos afirmar que não havia uma preocupação específica e, muito menos, uma proposta eficaz para o enfrentamento do problema da baixa escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. O esvaziamento no Ministério da Educação de políticas efetivas para escolarização de jovens e adultos fez parte de um único projeto, pelo qual se deslocou uma parcela significativa deste tipo de atendimento para o Ministério do Trabalho. Pelo que se viu, ao longo dos anos 1990, até 2000, a nova identidade que a EJA se apresenta é bastante heterogênea, fragmentada e complexa; sua marca parece estar na difusão de que as pessoas devem buscar, na educação, competências e habilidades que as dotem da possibilidade de empregabilidade. Esta concepção pauta-se pelo horizonte

individualista e da submissão, e se expressa na idéia de que *ser educado é ser empregável*. (Ventura, 2007, p. 22 e 23).

O trabalhador para se manter empregável tem que ser criativo, crítico, inovador, ter múltiplos conhecimentos e estar em constante adaptação. Então o ensino profissional no Brasil passa a ser baseado no modelo de competências. Surge para substituir o Fordismo/Taylorismo, o Toyotismo, que significa a pedagogia da competência, um modelo flexível de ensino profissional, que foi regulamentada pela LDB-96, que de acordo com Ramos (2006), a pedagogia da competência está pautada em três propósitos:

Nesse plano de indefinições, recupera-se o debate sobre a qualificação como relação social, ao mesmo tempo em que se testemunha a emergência da noção de competência atendendo, pelo menos, a três propósitos: a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho e educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram as relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade real do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional (como entre os países da União Européia e do Mercosul). (Ramos, 2006, p. 39).

O Toyotismo (idealizado pelo japonês Ohno da fábrica da Toyota, visava à substituição dos antigos modelos de produção, por um modelo mais flexível, terceirizando alguns setores da produção, subcontratação de trabalhadores e trabalho em equipe, cada um no seu posto/lugar, porém na falta de um trabalhador, os outros tem realizar o serviço do faltoso) sendo assim a educação profissional deveria passar por diversas transformações, pois este novo modelo era caracterizado por uma mecanização flexível, uma política de controle de qualidade, gerência participativa. O autor Antunes evidencia que esse modo de produção seguia o sistema “just in time” que significa minimizar os estoques, não existindo tempos mortos no processo produtivo, o trabalhador não pode parar, e que todas essas mudanças visam atender um novo padrão de acumulação de capital, que é a acumulação flexível.

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas

altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Antunes, 2003, p. 29).

Contudo esse novo modelo de produção, Toyotismo continua servir aos interesses do capitalismo a diferença entre taylorismo e toyotismo está na linha de produção. Na primeira o trabalhador de linha de montagem ficava restrito a sua função, o fazer, de forma fragmentada ele não tinha a visão geral dos processos e era impossibilitado de participar da gestão. Na segunda os trabalhadores eram polivalentes, ou seja, eram capacitados para trabalhar em diversas funções, mas acabavam se transformando de trabalhadores qualificados em meros trabalhadores multifuncionais, possibilitando o capital apropriarem-se do saber e do fazer do trabalho, assim Antunes (2003) conclui que o Toyotismo persiste no estranhamento do trabalhador, pois este permanece alheio ao produto.

Apesar desses modelos de produção servirem ao capitalismo, o Toyotismo trouxe avanços para educação profissional, pois o trabalhador passou da aquisição modo de fazer para o saber fazer, exigindo do trabalhador novos saberes, tais como:

O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível. Dentre elas, algumas merecem destaque: a capacidade de comunicar-se adequadamente, através do domínio dos códigos e linguagens incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pelas semióticas; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (Kuenzer, 1999, p. 129).

Esses avanços foram responsáveis para a educação profissional favoreceu as instituições do Sistema S, que a cada novo modelo de produção, recebiam inúmeros indivíduos na busca de qualificação profissional.

Ao analisar a história do Ensino Médio no Brasil, notamos o quanto este nível de ensino tem apresentado dificuldades em relação a sua estrutura organizacional e sua concepção devido à mediação entre formação profissional e educação geral. Há uma falta de identidade, inclusive sem espaço próprio e com precário financiamento do Estado, que segundo Kuenzer (1997), não consegue atender satisfatoriamente a

demanda. Além disto, a proposta pedagógica não consegue atender a finalidade do Ensino Médio Profissional que é aprofundar os conhecimentos necessários do Ensino Fundamental e preparar o indivíduo para o trabalho.

Esta ambigüidade do Ensino Médio Profissional entre educação e trabalho é uma questão pedagógica e política. O mundo do trabalho exige profissionais que desempenhem funções diversas com técnicas específicas, a partir das demandas de cada classe social e cabe à escola adequar suas propostas coerentes com estas exigências. E no Ensino Médio Profissional ainda é necessário o enfrentamento entre educação geral e específica/profissional, sem esquecermos de adaptar essas propostas à educação de jovens e adultos, requerendo uma atenção especial a aprendizagem desses sujeitos.

A história das propostas deste nível de ensino e da educação de jovens e adultos nos mostra os inúmeros desafios que o indivíduo tem que enfrentar para chegar ao mercado de trabalho, atualmente competitivo e desigual.

Analisamos que desta forma o ensino médio atendeu as demandas do processo produtivo que tinha como objetivo diminuir a demanda de estudantes ao ensino superior, despolitizando o ensino secundário com o currículo tecnicista e preparando o indivíduo para as exigências das empresas. Com isto, podemos afirmar que há uma materialização do homem, em que a educação se faz sob a dinâmica da acumulação capitalista, da desigualdade social, da exclusão, enfim *“temos novamente a velha dualidade, escondida de uma proposta que aparentemente apresenta uma estrutura de ensino médio que não se diferencia por ramos dirigidos a classes sociais distintas, em face das funções que desempenham no mundo da produção”*. (Kuenzer, 1997, p. 20).

Esta dualidade é determinada por diversos aspectos fora da escola, na estrutura de classes da Sociedade Capitalista, podemos afirmar então que não é somente no âmbito escolar que esta questão vai ser solucionada.

Há uma contradição presente na relação entre educação e trabalho, que apesar da dualidade não há uma proposta diferente para jovens devido a sua origem de classe. Assim a escola pode dar sua contribuição mínima para superar a dualidade estrutural.

Em segundo, constitui-se um avanço significativo o texto da lei não incorporar a dualidade estrutural, colocando, mesmo que seja como meta de longo alcance, uma escola que não tenha proposta diferenciada para jovens que vão desempenhar funções distintas na hierarquia do trabalhador coletivo, a partir da sua origem de classe; ou seja, admite um espaço para que a escola passe a dar sua contribuição, ainda que relativa, para que a dualidade estrutural vá sendo historicamente superada, pelo menos

determinando 8 anos de escolaridade obrigatória para todos, e oferecendo um modelo que incorpora e supera o sentido da equivalência da legislação anterior, posto que postula apenas a equivalência de ramos distintos, mas estabelece um único ramo – profissionalizante – para todos (desde que consigam furar o bloqueio da seletividade). Verifica-se, portanto, que a proposta de 1971 admite a dualidade estrutural como dado da estrutura social, tanto que seus efeitos se concretizam no sucesso escolar, que obviamente não é mero resultado de “competência genética” ou de esforço pessoal, mas não admite a dualidade estrutural como *modelo de organização escolar* para a escola de 1º e 2º graus ao estabelecer um sistema de via única para todos. (Kuenzer, 1997, p. 21).

A Constituição Federal de 1988 ocorreu a partir de debates e apesar de não ter assegurado com exclusividade o uso dos recursos públicos nas escolas públicas, garantiu que o Estado fosse responsável pelo financiamento de todos os níveis de ensino, estendendo a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio.

Com o que não se contava é que, ao mesmo tempo em que se conseguia um texto constitucional que assegurava um Estado fortemente comprometido com as políticas sociais como formas de mediação da relação entre o capital e trabalho, ao estilo do Estado de bem-estar social, típico da etapa de desenvolvimento taylorista/fordista, este mesmo modelo já se tornava anacrônico em face da globalização da economia e da reestruturação produtiva. (Kuenzer, 1997, p. 26 e 27).

A difícil superação da dualidade estrutural, a educação profissional para os trabalhadores e a educação humanística, para os intelectuais e dirigentes faz com que perpetue o privilégio de alguns e as diferenças de classe. Este tipo de formação não permite que um trabalhador consiga ser dirigente.

O desenvolvimento científico e tecnológico, quanto mais avança, mas introduz uma contradição na relação entre educação do trabalhador e processo produtivo: quanto mais se simplificam as atividades práticas no fazer, mais complexas se tornam no gerenciamento e na manutenção, em decorrência do desenvolvimento científico que encerram. Ou seja, o trabalho mais se simplifica enquanto mais se torna complexa a ciência; como decorrência, a se exigir menos qualificação do trabalhador, mas ele se distancia da compreensão e do domínio das tarefas que executa. (Kuenzer, 1997, p. 35).

Foi no meio de tantas mudanças econômicas que as políticas públicas, principalmente nas políticas educacionais, revelaram o seu dualismo educacional no ensino médio evidenciava contradições principalmente no âmbito do capital e do

trabalho, apresentando uma divergência na sua identidade, pois o ensino médio não destinava à formação propedêutica nem a preparação para o trabalho, assim no governo FHC, visto que as novas demandas do mundo do trabalho necessitavam de transformações, o governo propõe reformas no ensino técnico articulada à reforma do ensino médio.

A proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica ressurgiu a dualidade no contexto das políticas do Governo Collor sob a necessidade de recursos para a formação de indivíduos capazes de desenvolver novas tecnologias, assumindo o papel de mudar a realidade econômica e social do país.

A qualificação profissional nesta perspectiva de ensino abrange o aluno que não frequentou a escola regular, o que tem nível de 1º grau, a formação técnica de nível médio de 2º grau, a técnica de nível superior e a formação profissional superior.

De acordo com Kuenzer, infelizmente, essas reformas propostas pelo governo FHC eram pautadas na racionalidade financeira, adotando um conjunto de políticas definidas pelo Banco Mundial para países pobres, desta forma, o governo se restringe apenas com o ensino fundamental, comprometendo os investimentos na educação profissional técnico, no ensino médio e no ensino superior, deixando sua responsabilidade para as instituições privadas.

Pode-se argumentar, em favor desta proposta, o fato que a divisão social e técnica do trabalho persiste na sociedade, e não será a escola, com um novo princípio educativo, a mudar essa situação. Para rebater este argumento, é necessário que se revise a parte anterior do texto, na qual fica claro que o novo princípio educativo, ao estabelecer as novas formas de articulação entre ciência, tecnologia e cultura, o faz para atender as demandas da expansão capitalista que, em sua dinamicidade, impõe não a superação da divisão social do trabalho, mas a revisão de suas ultrapassadas formas de divisão técnica, que hoje se apresentam como pontos de estrangulamento, particularmente no que diz respeito à inovação tecnológica e aos comportamentos impostas pelo avanço do processo de democratização (burguesa). Por outro lado, é preciso considerar que a categoria de contradição está sempre presente no desenvolvimento histórico do capitalismo. Em decorrência, é no seu interior e por força desse processo de negação do velho, que vão sendo gestadas as novas formas de relações sociais, que, por sua vez, vão originando novos princípios pedagógicos. (Kuenzer, 1997, p. 44).

De acordo com Kuenzer (1997), a proposta do Sistema de Educação Tecnológica se restringe a alguns setores e áreas da economia, limitando a formação de tecnólogos e algumas áreas da ciência aplicada. Desta forma, volta-se ao sistema dual (com duas redes), na qual a universidade forma os intelectuais, teóricos, cientistas, ou seja, os pensadores e a outra, no caso os CEFETs, formam os trabalhadores, técnicos, práticos, ou seja, os executores.

A ampliação do investimento público na educação tecnológica é mais uma ação de distorção na política de financiamento da educação no Brasil, pois há um repasse maior de recursos a este sistema de ensino em detrimento de outras áreas.

Desta forma, em vez de canalizar os investimentos para a universalização da educação básica e para a expansão e melhoria da qualidade de níveis médio e superior, como prevê a Constituição, estes programas de investimento mostram mais uma vez que o compromisso com a democratização da cultura, da ciência e da tecnologia é mero discurso para escamotear o projeto hegemônico do capital que se mantém, entre outros fatores, também pela distribuição diferenciada, desigual e controlada pela educação. (Kuenzer, 1997, p. 51).

A educação profissional sofreu influências com essa racionalidade financeira, pois, foi voltada para a eficácia do modelo por competências, que durante a regulamentação da LDB-96, foi introduzindo este modelo nas instituições de educação profissional.

Os objetivos desse governo era ofertar educação básica e profissional de qualidade para todos, mas o alto custo dos cursos técnicos, e principalmente dos cursos ofertados pelas escolas técnicas e Cefets, fez deste discurso uma falácia, pois ele se restringe em apenas responder às demandas de mercado, com propostas aligeiradas de formação profissional e baixos custos.

O Decreto 2.208/97, citado anteriormente (p.10), separa a educação geral da educação profissional, uma reforma conservadora, voltando para aquela concepção de modo de produção taylorista/fordista que distância o pensar do fazer, do refletir sobre o agir, regredindo aos avanços das políticas públicas anteriores, inclusive da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996, como afirma Frigotto:

A regressão mais profunda, sem dúvida, ocorreu logo após a promulgação da LDB, no ensino médio e técnico, mediante o Decreto nº 2.208/97. Com efeito, este decreto restabelece o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado – pedagogia das competências para a empregabilidade – com base nas

¹Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs e DCNs). (Frigotto, 2005, p. 13).

Kuenzer, também diz sua opinião a respeito da LDB:

Embora a nova LDB (Lei 9.394/96) assegure a possibilidade de manutenção de cursos de habilitação profissional que integrem educação geral e formação profissional, o Decreto nº 2.208/97, na prática, inviabilizou esta possibilidade. Da mesma forma, a equivalência entre cursos de nível médio, gerais e profissionais, conquistada desde a LDB de 1961, desaparece quando o mesmo decreto determina que a continuidade de estudos depende do certificado de conclusão de ensino médio, e os novos cursos profissionais não exigem escolaridade anterior para a realização de cursos de nível básico e médio. (Kuenzer, 1999, p. 135).

A educação de jovens e adultos e educação profissional, durante este período da história é marcado mais uma vez pelo descaso e descompromisso por parte do governo do FHC, acumulando uma dívida social que o governo tem para com os trabalhadores, com o Decreto nº 2.208/97, Fernando Henrique passa os recursos financeiros do FAT para fornecer cursos aos trabalhadores favorecendo empresas privadas, um exemplo é o Sistema S, aplicando os recursos destinados às instituições públicas, diminuindo o direito do trabalhador a educação básica e profissional pública de qualidade para todos enquanto direito de cidadania, de acordo com dados do sistema estadual de ensino, segundo Frigotto (2005, p. 37), durante o Decreto nº 2.208/97, o número da evasão de jovens do ensino médio aumentou, pois esses alunos não viam nos cursos objetivos dos quais eles se identificavam, e não podiam cursar o ensino técnico concomitante* ou tinham que esperar para cursar posteriormente, como admitia o decreto revogado.

No governo Lula esperava-se mudanças logo no início de sua gestão, por ser um governo mais democrático, porém o Decreto nº 5.154/2004 só veio a substituir o

¹ * O Decreto 5.154 explica esses cursos através do § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas, para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Decreto nº 2.208/97 em 23 de julho de 2004, depois de várias discussões, debates e audiências realizadas com entidades que representava a sociedade civil e órgãos do governo. Durante o processo de discussão para a revogação do Decreto nº 5.154/2004 foram escritos sete versões, evidenciando as conquistas e as contradições, porém apesar das contradições, não podemos negar os avanços na educação de jovens e adultos e educação profissional, integrando esses dois níveis de ensino, seguindo o princípio de construir uma educação que possa possibilitar aos sujeitos a construção dos saberes necessários para a vida em sociedade, para o mundo do trabalho e para as relações sociais, que seja baseada na integração da educação, trabalho, ciência e cultura, permitindo a este sujeito possibilidades de transformação social, construção de um ser ontológico, biológico e histórico para desenvolver uma nova identidade para a educação de jovens e adultos integrada à formação profissional, Ciavatta esclarece sobre o conceito de formação integrada:

Se o conceito de formação integrada apresenta-se através de uma variedade de termos que pretendem expressar a integração, a idéia tem uma historicidade que pode ser apreendida sem grandes esforços. Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integridade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. (Ciavatta, 2005, p. 86).

O Decreto nº 5.154/ 2004 veio reforçar o que já estava regulamentado no § 2º do artigo 36, artigos 39 a 41 e no artigo 4º do § 1º da LDB, a Lei nº 9.394/96, que estabelecia a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio; no item I é destacada a forma integrada para estudantes que concluíram o ensino fundamental, com intuito de fornecer ao aluno uma habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, possibilitando este aluno a continuidade de sua formação ao mesmo tempo a inserção no mundo do trabalho.

Logo depois, o Decreto nº 5.840 de 24 de junho de 2005 o governo federal institui o PROEJA, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos que visa oferecer cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio, de acordo com o MEC, os cursos de formação inicial e continuada deverão ter uma carga horária máxima de mil e seiscentas horas, sendo que mil e duzentas horas para formação geral, duzentas horas para a formação profissional e duzentas horas de estágio supervisionado, e os cursos de educação profissional técnica de nível médio deverão ter carga horária máxima de duas mil e quatrocentas horas, sendo que mil e duzentas horas destinada à

formação geral e a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica em conformidade com os catálogos dos técnicos à nível nacional.

De acordo com o Decreto nº 5.840 o PROEJA é um programa que visa elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores e reforçar o Decreto nº 5.154:

§2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, §2º, do Decreto nº 5, 154, de julho de 2004; e

II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, §1º, inciso I e II, do Decreto nº 5.154, de 2004. (p.55 e 56).

Com este decreto o PROEJA poderá se expandir para as instituições públicas do sistema de ensino estaduais, municipais e sindicatos que ofereçam cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores da Educação de jovens e adultos. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000, a educação de jovens e adultos deixa de ter uma função compensatória e supletiva para ser um direito, e como direito, reparadora de um direito negado anteriormente e um reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano, pois a educação deve ser equalizadora, estendendo a todos os trabalhadores e permanente, já que somos seres incompletos, e estamos sempre buscando uma formação dentro ou fora da escola, durante todo tempo, toda a vida, em busca de uma realização pessoal.

O Documento Base do PROEJA (p. 6), explica que seu objetivo nesse projeto educacional é a “integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício de cidadania”.

O PROEJA foi iniciado com o Decreto nº 5.478/2005, mais tarde revogado pelo Decreto nº 5.840/2006 com várias mudanças, dentre elas uma política pública estável que possa contribuir para a integração sociolaboral para alunos do EJA com direito de concluir a educação básica e ter acesso a formação profissional de qualidade, que possibilite ao aluno/trabalhador instrumentos para se inserir no mundo do trabalho, transformando a sua realidade e até mesmo podendo gerar emprego e renda, onde o trabalhador possa compreender o mundo, compreender-se no mundo e atuar neste

mundo a fim de buscar melhorias para a sua própria vida e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A justificativa do PROEJA é integrar a educação profissional e tecnológica à educação básica e o mundo do trabalho; garantir o direito de acesso de cidadãos. A educação básica independente da faixa etária; contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e contribuir para a redução das desigualdades sociais.

De acordo com o Documento Base do PROEJA, o objetivo geral é atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional, e os específicos são redimensionar a formação para o mundo do trabalho, visando conhecer os processos produtivos; construir instrumentos para inserção de modos diversos no mundo do trabalho; ter condições de gerar emprego e renda; compreender a relação educação e economia com direito, articulado a um projeto nacional de desenvolvimento soberano frente aos desafios da inclusão social e da globalização econômica. Os princípios do PROEJA são inclusão da população nas diversas ofertas educacionais; inserção orgânica do PROEJA nos sistemas educacionais públicos; universalização do Ensino Médio; trabalho como, princípio educativo; pesquisa como fundamento da formação; consideração das condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. As demandas de formação para os trabalhadores segundo o Documento Base do PROEJA são maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo; consciência dos seus próprios direitos e capacidade de tomar decisões. Os desafios que o PROEJA busca é de assumir as especificidades da EJA, entendendo-a como direito; buscar nova identidade para o Ensino Médio; assumir o trabalho como princípio educativo e buscar a formação omnilateral do educando; garantir financiamento público a educação profissional e tecnológica e PROEJA; garantir interação entre os sistemas de ensino; formar profissionais para atuar no PROEJA; construir conhecimentos sobre o PROEJA e elaborar executar projetos de intervenção visando à consolidação do Programa e transformar o PROEJA em política pública.

Muitas críticas surgiram sobre este programa, pois as instituições deveriam repensar sobre as suas práticas pedagógicas, sobre os objetivos e finalidades dessas instituições, sobre a infra-estrutura que não se adequava aos cursos que deveriam

oferecer, e principalmente porque as instituições sentiam que sua autonomia não estavam sendo respeitadas e que não tinha condições político-pedagógicas para ofertar tais cursos.

Na história, as escolas de aprendizes artífices passaram por diversas transformações no decorrer do tempo, depois de se transformarem em Escola Técnica, passaram a ser Centro Federal de Educação Tecnológica. Então surge uma nova lei para mudar o nome, as finalidades, os objetivos e as estruturas organizacionais destas instituições de ensino, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Segundo a Lei nº 11.892, na seção II, artigo 6º diz quais são as finalidades e as características dos institutos federais:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

No artigo 7º desta mesma lei, que trata das finalidades e características do artigo 6º, diz os objetivos destas instituições de ensino são “*I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes de ensino fundamental e para o público de jovens e adultos*”; (p. 4).

No artigo 8º da Lei nº 11.892, na seção II, diz que 50% da oferta das vagas dos institutos federais devem ser destinadas para cursos técnicos, preferencialmente na forma integrada.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º. (p. 5).

O Documento Base do PROEJA veio para ofertar cursos para pessoas que não concluíram o ensino básico, favorecendo uma classe social que não tiveram oportunidades educacionais, essas instituições através do PROEJA contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional da sociedade. Instituir o PROEJA nestas instituições de ensino federal não foi fácil, pois muitos profissionais ainda têm problemas em atender essa demanda de estudantes que de acordo com o INEP são mais de 100 milhões de pessoas no país sem formação básica, as estruturas físicas não são adequadas, os professores não estão preparados para exercer a docência

com esses alunos e suas dificuldades de aprendizagem, ainda querem os alunos prontos, o currículo deve ser reelaborado para atender as necessidades do ensino-aprendizagem, considerando as especificidades do público jovem e adulto.

Com o Documento Base do PROEJA o Decreto nº 5.154/04 e nº 5.840 se transformaram em política pública, porque com a Lei nº 11.892 uma política pública da rede federal, necessita ser abraçada nas redes estaduais e municipais. E, que para muitos educadores é uma utopia, essa integração da educação profissional e a educação de jovens e adultos, talvez um sonho possível, mas distante. Para Frigotto (2005) o PROEJA é uma condição para a formação profissional, possibilitando o trabalhador a capacidade de lutar para sua emancipação superando a dicotomia do “pensar” o trabalho, do “fazer”, do trabalho manual e intelectual, das ciências humanas e das exatas. Não podemos esquecer que é a primeira vez na história da educação brasileira que acontece esse diálogo entre educação profissional com a educação de jovens e adultos.

Neste ponto é importante analisar que com a Lei dos Institutos nº 11.892 e o Decreto 5.840, há uma perda em relação ao percentual de oferta de vagas de cursos técnicos na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada a Educação Profissional. Pois, o Decreto 5.840, estabelece 10% da oferta total de vagas da instituição deveria ser para o PROEJA. Com a Lei 11.892 essa obrigatoriedade se perde dependendo de quem estiver na Gestão, que poderá diminuir ou aumentar a sua oferta, não há parâmetro de obrigatoriedade, sua oferta fica diluída nos 50% de vagas da instituição destinada aos técnicos.

CAPÍTULO 2 – INTEGRAÇÃO

A história da discussão sobre integração inicia-se no século XX, com a defesa da educação socialista, com seu ideal de formação integral do ser humano, no Brasil começa a pensar sobre a integração durante o debate sobre a LDB em 1989, com o parecer do deputado Otávio Elísio. Com o Decreto nº 2.208 em 1997 a educação separa o ensino médio da educação profissional. Mais tarde, com a LDB/96 e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004 a formação integral estabelece a integração entre a educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio, com destaque na forma integrada para estudantes que concluíram o ensino fundamental, com intuito de fornecer ao aluno uma formação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, com uma única matrícula, possibilitando este aluno a continuidade de sua formação ao mesmo tempo a inserção no mundo do trabalho. Ciavatta cita vários autores que abordaram esta questão como Karl Marx, explicitando este termo “integração”, ao descrever o início das discussões acerca da formação integrada:

Se o conceito de formação integrada apresenta-se através de uma variedade de termos que pretendem expressar a integração, a idéia tem uma historicidade que pode ser apreendida sem grandes esforços. Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológico. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos conforme queriam os utopistas do Renascimento, Comenius com seu grande sonho de regeneração social e, principalmente, os utopistas da primeira metade do século XIX. De modo especial, foram Saint-Simon, Robert Owen e Fourier que levantaram o problema de uma formação completa para os produtores. Finalmente, Karl Marx extrai das próprias contradições da produção social a necessidade de uma formação científico-tecnológica. (Ciavatta 2005 apud 2003, p.86)

A palavra integração no Dicionário Aurélio quer dizer “1. Ato ou efeito de integrar (-se).”, “**Integrador** 1. Que integra ou faz integração.”, **Integral** 1. Total, inteiro, global.”(Ferreira, 2001, p. 394).

De acordo com Ciavatta (2005), que usa o termo integrar no sentido de tornar-se inteiro, na sua completude, integrar é compreender as partes no seu todo, entender a educação como uma totalidade, sendo que totalidade é a emancipação humana, ou seja, o que se faz na totalidade das relações sociais, onde a vida é produzida, totalidade é aquilo que importa, não é tudo.

Integração é construir a totalidade do ser humano através ou pela relação entre as partes, está intimamente ligado na concepção de homem ontológico, biológico e histórico, transformador, um ser pensante, crítico, ético, criativo, dinâmico, social, espiritual, dotado de potencial para transformar sua realidade local, regional e nacional.

O documento do MEC que trata do “Ensino médio integrado a educação profissional” (2007), informa que o governo federal tem buscado assegurar a qualidade social na educação básica, através de investimentos e de ações, como a aprovação do FUNDEB, com a indissociabilidade entre educação profissional e educação de jovens e adultos, reforçando o trabalho como princípio educativo.

Um avanço notório apresentado na LDB 9.394/96 é a integração entre a educação profissional e o ensino médio que além de possibilitar ao educando a conclusão da escolarização básica, ainda permite a qualificação profissional.

Portanto a integração entre estas duas etapas da educação básica viabiliza ao educando uma formação que engloba o ensino médio e o acesso ao ensino profissionalizante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação deve compreender os processos formativos que se iniciam na vida familiar, na convivência humana e se desenvolvem, especialmente, nas instituições de ensino e no trabalho. O ensino médio – última etapa da educação básica – tem por finalidade, entre outras, a preparação básica para o trabalho, de modo que, atendida a formação geral do educando, o direcione para o exercício de profissões técnicas (§2º, Art. 36). (Lodi, 2006, p. 9).

O ensino médio deve proporcionar aos educandos o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e a preparação básica para o trabalho, no sentido de garantir além da continuidade dos estudos, a participação qualificada do indivíduo no mundo do trabalho.

Desta forma, o ensino médio oferece meios para que o educando tenha acesso ao trabalho atendendo a necessidade de elevação dos níveis de escolaridade, assim como as exigências do mundo profissional.

Como já afirmamos com o Decreto nº2.208/97 que estabelecia uma organização curricular que distanciava a educação profissional do ensino médio, causou um grave retrocesso em relação à educação oferecida no ensino médio. Porém este equívoco foi superado com o Decreto nº 5.154/04 que institui a integração entre a modalidade de ensino médio integrado a educação profissional técnica de nível médio.

Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. (Lodi, 2006, p. 10).

De acordo com Márcia D'Ângelo, a formação integrada deve:

Ter como referencial a retomada do ensino médio integrado ao ensino médio profissionalizante é de fundamental importância para estabelecer outros paradigmas, no sentido da formação omnilateral do homem uma vez que os currículos devem ser modificados e embasados nas categorias trabalho, ciência, técnica e tecnologia ou mesmo cultura, ciência e tecnologia, entendendo-se o trabalho como base de cultura de um grupo social. O ensino integrado deve oferecer oportunidades aos educandos de perceberem os fundamentos científicos que são estabelecidos a partir das implicações do trabalho enquanto práxis na relação homem, modificando a natureza para sobreviver, relacionamentos sociais entre os homens no trabalho, escolas e outros espaços, relacionamento consigo mesmo, na medida em que produz o seu sustento e se reproduz enquanto ser humano. (2007, p. 25).

A educação baseada na formação integral tem uma condição necessária, superar o trabalho alienado e mecânico, superar a dicotomia teoria e prática, pois é preciso mudar as condições socioeconômicas dos indivíduos, transformando o trabalho fragmentado em trabalho produtivo, isto é, integração é a construção da totalidade do ser humana através ou pela relação entre as partes. Ciavatta cita como a formação integrada vai superar as dicotomias acerca da educação e do trabalho:

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacente a todos os fenômenos. (2005, p. 85).

Segundo Ramos a concepção de integração é a relação das diversas áreas e conhecimentos que deve “*possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica.*” (Ramos, 2005, p. 114). Considerando que o

homem é um ser histórico e social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e com essa ação produz conhecimento sobre si, sobre a natureza e sobre as transformações do homem e da natureza, pois o conhecimento é produzido pelo pensamento através da apreensão e representação das relações que constituem o real. *“Portanto, o conhecimento não é de coisas, entidades, seres, etc., mas sim das relações que se trata de descobrir, apreender no plano do pensamento.”* (Ramos, 2005, p. 115).

Para Ciavatta a formação integrada exige do ser humano muito mais do que relacionar teoria e prática, a integração exige uma construção contínua entre os conhecimentos gerais e específicos construídos através do tripé: trabalho, ciência e cultura.

A formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional ou técnica (educação politécnica ou, talvez, tecnológica) exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas, e não de formação humana no seu sentido pleno. (Ciavatta, 2005, p. 94).

A formação integrada envolve a concepção de educação, que constantemente essas políticas públicas estão em permanentes transformações na história brasileira. A educação geral deve se tornar parte inseparável da educação profissional, pois a formação de um indivíduo deve ter uma visão universal/total, ao mesmo tempo deve formar um indivíduo consciente de suas particularidades, capaz de pensar, agir, refletir e melhorar suas próprias condições de vida e contribuir para mudar a sociedade. Segundo Ciavatta, que defende a formação integral para trabalhadores diz que a “educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”. (Ciavatta, 2005, p. 84).

A autora Márcia D’Ângelo cita Gramsci (1981) ao falar sobre formação integrada:

A formação integrada ou o ensino médio integrado ao ensino técnico significa que a educação geral torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho (...) nos processos produtivos, (...) nos processos educativos como a formação inicial como ensino técnico, tecnológico e superior. Busca-se focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Márcia d’ Ângelo, 2007, p. 26).

A escola deve ser um espaço para a formação omnilateral, capacitando o aluno para o mundo do trabalho, sendo que a formação integrada poderá influenciar na superação do homem dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e pensar/planejar. Gramsci (1995) reflete sobre a organização histórica da cultura e da escola nos diferentes contextos, fazendo uma análise das possíveis causas da crise de programas escolares. O autor afirma que essa crise advém também da complexidade de uma sociedade mais ampla que impõe uma reformulação constante dos modernos quadros intelectuais.

Para Gramsci, a escola precisa romper sua estrutura fragmentada, ele defende a escola unitária, formativa com o intuito de educar para as atividades intelectuais e manuais de forma integral, sendo assim ele propõe a escola unitária:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (Gramsci, 1995, p. 118).

Com a industrialização e a exigência de profissionais mais qualificados foi necessário o desenvolvimento da escola clássica e da escola técnica. Essa divisão entre a primeira escola, destinada aos intelectuais e classes dominantes e a segunda destinada àquelas classes instrumentais, aos empregados, reforçava ainda mais as desigualdades sociais. Nesta tendência, o destino do indivíduo, assim como sua atividade profissional futura seriam predestinados.

Hoje, há a tendência de abolir com a preparação do futuro profissional e seguir uma linha de educação que seja única, humanista, formativa, equilibrando o desenvolvimento de capacidades manuais (voltadas para a técnica, para a indústria) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (Gramsci, 1995, p. 121).

Coerentemente com esta característica de organização escolar defendemos o seguinte programa escolar, o ensino médio integrado à educação profissional de nível médio técnico, pois estabelece a relação entre trabalho intelectual e industrial.

Diante desta integração o currículo que deve ser contemplado pelas instituições de ensino aqueles conteúdos necessários tanto para a educação geral quanto para a educação profissional, no intuito de cumprir as exigências técnicas propostas pelas escolas.

Portanto, o espaço escolar deve formar alunos conscientes da sua realidade entendendo que essa formação deve ser pautada nas atitudes, nos valores e nos comportamentos dos mesmos. A escola tem que ter um currículo que alcance todos os objetivos de um currículo integrado, que segundo Márcia D'Ângelo:

A discussão do currículo integrado, da metodologia e da didática entre professores, deve ser fundamental até para relacionar os conteúdos das disciplinas no sentido da interdisciplinaridade (disciplinas afins) ou transdisciplinaridade (relação entre todas as disciplinas). (2007, p. 26).

O currículo integrado deve ser baseado nas categorias trabalho, ciência e tecnologia buscando superar o conflito do papel da escola, no sentido de formar cidadãos para o mundo do trabalho. Os conteúdos devem ser conhecimentos historicamente construídos, assim os trabalhadores a partir desses conhecimentos possam participar ativamente da construção de novos conhecimentos.

O ensino médio integrado à educação profissional exige uma proposta curricular única, um único projeto pedagógico, enfim um curso único. Assim, os componentes curriculares que deverão ser oferecidos aos educandos, do início até a conclusão do curso, contemplarão tanto conteúdos necessários para a formação geral quanto àqueles relacionados à habilitação profissional escolhida, só será possível concluir o ensino técnico de ensino médio com a conclusão do ensino médio e vice-versa.

Esse projeto de integração contribui para o processo de formação humana na medida em que entrelaça os três princípios – o trabalho, a ciência e a cultura. Ao resgatar esses princípios neste nível da educação, podemos favorecer ao indivíduo a compreensão e a transformação do mundo atual.

A integração também rompe com a dualidade estrutural que separa o ensino propedêutico do ensino profissionalizante e elimina a oposição entre conhecimento geral do específico. Esta modalidade educacional procura assegurar o diálogo essencial entre teoria e prática e motiva os educandos, pois permite a contextualização da escola com a vida.

A oferta desta modalidade de ensino se faz necessária a partir da análise dos dados obtidos no senso escolar que diz respeito ao aumento da procura dos jovens em

cursos técnicos de nível médio (53%) a maioria dos jovens estão fora da escola e essas não estão preparados para atenderem os requisitos básicos exigidos pela demanda do trabalho formal e, conseqüentemente, terem a possibilidade de ascensão social. Esta integração torna-se uma estratégia para o desenvolvimento socioeconômico nacional e para minimizar as desigualdades regionais e locais da população.

Aos alunos será dada a oportunidade de concluir o ensino médio e, ao mesmo tempo, adquirir uma formação específica para sua inclusão no mundo do trabalho. O ensino médio integrado proporcionará melhores condições de cidadania, de trabalho e de inclusão social aos jovens e aos adultos em busca de uma formação profissional de qualidade e de novos horizontes para suas vidas. (Lodi, 2006, p. 13).

Para a concretização desta inclusão é imprescindível que o currículo desta modalidade de ensino esteja em sintonia com a demanda de trabalho e que, portanto, deve ser construído coletivamente. A garantia desta articulação do ensino médio com a educação profissional exige a ampliação da carga horária do curso para cumprir as finalidades definidas para o ensino médio pelo artigo 35 da LDB/96.

O sistema de ensino tem autonomia para regulamentar esta ampliação, acrescentando mais um ano letivo ou estendendo a carga horária diária do curso. No intuito de complementar e aprimorar a formação integral deste educando, é preciso desenvolver atividades que englobem a ciência, a tecnologia e a cultura.

A implantação desta modalidade de ensino coloca-se para debate questões como qual a concepção presente nesta integração, quais os componentes necessários para esta organização curricular, qual o plano de desenvolvimento, entre outros.

Neste momento histórico, os cursos poderão conter princípios contraditórios, entretanto estarão tentando construir um ensino politécnico como ideal curricular. O termo politecnia vai ser melhor definido posteriormente, aqui descrito por Saviani, como “*domínio dos fundamentos das diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo moderno*”. (1989, p. 17).

Todas as reflexões que originaram o Decreto nº 5.154/04 possibilitaram a organização de cursos cuja formação seja integral, ampla, enfim humanística, de cultura geral e técnica. Assim deverá oferecer condições ao indivíduo de participação efetiva na sociedade das dimensões política, cultural, social e econômica, assim como o mundo do trabalho sem limitar e/ou isolar qualquer uma delas.

É necessário subsidiar os *sistemas* de ensino proporcionando “... *condições mínimas prévias necessárias à construção de currículos que possibilitem ao aluno uma*

formação científica e tecnológica mais ampla, na qual a teoria e a prática constituam os fundamentos da pedagogia dotada”. (Lodi, 2006, p. 18).

Ao pensar previamente nestas condições temos que atentar para as tendências científicas e tecnológicas do mundo atual, pois o futuro é algo incerto, difícil de antecipar. Entretanto é possível fornecer orientações para que a escola cumpra sua função social, a de contribuir para a formação do indivíduo, para o domínio de aspectos científicos e tecnológicos essenciais para o exercício profissional. Ressaltando que também é função da escola se comprometer com a formação de cidadãos capazes de se reconhecerem como sujeitos e de compreenderem de forma reflexiva, criativa, crítica, autônoma e comprometida como lidar com as demandas dos contextos local, regional e global. Ou seja, que o indivíduo tenha possibilidade de ao invés de tentar se adequar a realidade e as exigências do mercado, construir tanto sua própria realidade quanto a da sociedade onde está inserido.

A escola deve ser vista como algo dinâmico, transformador que está articulada com o contexto histórico, político, econômico e cultural da sociedade. Com isto, os avanços e as mudanças da sociedade interferem diretamente nas relações de trabalho e educação.

Nesta conjuntura, a concepção de trabalho construída na ótica do capitalismo apresenta-se como a busca da riqueza material, econômica, reproduzindo e reforçando um sistema perverso e alienador. Porém, a escola deve pensar numa concepção diferenciada desta, imposta pelo capitalismo. É preciso pensar o trabalho numa perspectiva inclusiva e humanizadora e a escola pode contribuir para esta ruptura de paradigma.

Gramsci (2006) fala sobre o trabalho intelectual, construído ao longo da história e reforça que o trabalho do operário não é puramente físico, mecânico e que há nele uma qualificação técnica, ou seja, existe uma atividade intelectual criadora. E a função do empresário também exige algumas qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada pelas relações sociais gerais que efetivam sua posição de empresário na indústria, e não pelas qualificações adquiridas.

Neste sentido, podemos afirmar que todos os homens são intelectuais, mas na sociedade nem todos consideram ou são considerados na função de intelectuais.

Na história da sociedade, verifica-se que o indivíduo busca sempre ampliar sua “intelectualidade”, especializando-se e aperfeiçoando-se. E fica na responsabilidade da organização escolar em contribuir com este aperfeiçoamento do indivíduo.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosa forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. O mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares. (Gramsci, 2006, p. 19).

Para isto, o país deve buscar tanto a quantidade quanto a qualidade da capacitação dos intelectuais nas instituições educativas. Deve favorecer a difusão da instrução primária e o acesso a outros níveis de ensino.

Ao mesmo tempo que o camponês admira a posição social do intelectual ele também finge que a despreza, há uma subordinação efetiva dele aos intelectuais.

A história da formação dos intelectuais tradicionais é um problema que reproduziu desigualdade, pois separava socialmente, naturalmente e radicalmente as grandes massas intelectuais da classe dominante. E isto contribuiu para a escravidão do mundo clássico e a posição ocupada pelo indivíduo na organização social do Império Romano. Juntamente com a queda do Império, o nascimento e o desenvolvimento do cristianismo e da organização eclesiástica também passou a exercer o monopólio da direção cultural que absorveu a maioria das atividades intelectuais. Este domínio intelectual influenciou a organização social de vários países – Itália, França, Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, dentre outros – sendo que, em cada um deles, de uma forma diferenciada e em alguns inclusive a presença em certa medida do equilíbrio dos intelectuais.

A composição nacional do Brasil sofreu influência européia, cristalizações e imposições do clero e da casta militar. Com base industrial era restrita ao latifúndio, então a maior parte dos intelectuais do tipo rural, era àqueles pertencentes ao clero e aos grandes proprietários.

Diante desta questão dos intelectuais e de outros aspectos torna-se necessário organizar tipos de cultura, elaborando um projeto orgânico, sistemático e argumentado.

Na civilização moderna com a complexidade das atividades práticas surge uma escola para dirigentes e especialistas e outro grupo de intelectuais especialista que ensinam nestas escolas com nível mais elevado. Ao lado do desenvolvimento da escola clássica, desenvolve-se a escola técnica – a profissionalizante. Esse processo de diferenciação difundiu a crise do programa e da organização escolar e põe-se em questão a preparação do indivíduo de acordo com as necessidades do mercado, na formação de novos tipos de funcionários especializados. Com isso criam-se condições para surgir um grupo homogêneo de intelectuais, que produz novas capacidades e possibilidades de trabalho. Acaba construindo uma seleção, pois ao especializar-se há exigência de complementar a qualificação coletiva.

O fato de que um tal clima e um tal modo de vida tenham entrado em agonia e que a escola se tenha separado da vida determinou a crise da escola. Criticar os programas e a organização disciplinar da escola significa menos do que nada, se não se levam em conta estas condições. Assim, retornar-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida. Os novos programas, quanto mais afirmam e teorizam sobre a atividade do discente e sobre sua operosa contribuição com o trabalho do docente, tanto mais são elaboradas como se o discente fosse uma mera passividade. (Gramsci, 2006, p. 45).

Os programas escolares estão repletos de contradições e incoerências com a vida do indivíduo. Na educação atual temos a dualidade: de um lado a escola formativa, que se preocupa com a instrução de noções concretas e de outro lado a escola profissionalizante, preocupada em satisfazer os interesses práticos imediatos.

Esta educação faz nascer à impressão da existência da democracia, mas a perpetuação da escola profissionalizante fortalece e eterniza as diferenças sociais. Se o desejo for de destruir esta desigualdade, faz-se necessário a criação de um tipo único de escola que proporcione ao educando capacidade de estudar, pensar, dirigir e até controlar quem dirige e também uma formação profissional coerente com a sua escola.

O estudo é também um trabalho e as pessoas devem se convencer disto, pois o estudo requer dedicação, compromisso, responsabilidade. É um processo cansativo muscular-nervoso e intelectual, enfim é um hábito construído com esforço do indivíduo, que inclui aborrecimentos e sofrimentos que vem das dificuldades de concentração, de compreensão, que precisam ser superadas.

Precisamos considerar ainda a impossibilidade em dividir intelectuais de não-intelectuais, pois não existem não-intelectuais, o que há são graus diversos de atividade intelectual.

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (Gramsci, 2006, p. 52 e 53).

Salientamos ainda que atuação isolada da educação não resolva os problemas socioeconômicos existentes, sendo imprescindível analisar outros aspectos para contribuir na construção de mudanças significativas, tais como: a conscientização sobre a realidade; a compreensão das possibilidades, dos obstáculos e das limitações existentes; a capacitação dos docentes e de toda a comunidade educacional no intuito de compreender os processos de construção social existentes na sociedade; o fortalecimento da racionalidade tecnológica; a utilização das tecnologias de forma crítica e social; a busca dos meios para superar a exclusão social no trabalho; a empregabilidade como responsável de uma construção social.

É claro que há algumas exigências nos dias atuais que devem ser reconhecidas e trabalhadas, são as características de um profissional multiquificado capaz de liderar, resolver conflitos e problemas, buscar conhecimentos e capacidades, enfim de se comprometer com a transformação social.

É fundamental que cada instituição defina sua identidade, seu currículo de forma coerente com as reais necessidades da população. Ao conhecer esta realidade a escola terá elementos que ora serão reforçados, ora precisarão ser alterados. Este último é o grande desafio da educação, a de contribuir a partir da formação humana, para a transformação da sociedade no sentido de torná-la mais justa socialmente.

Ao definir este desafio como a função social da educação, a escola deve construir seu projeto político pedagógico de forma coerente.

Com as inovações tecnológicas muda-se o conteúdo necessário para o trabalho e suas formas de organização, sendo exigidos novos saberes e novas habilidades a serem desenvolvidas pelo trabalhador. É neste cenário que surge a necessidade de integrar o

ensino médio à educação profissional técnica como um espaço de possibilitar a inserção digna do indivíduo no mundo do trabalho, proporcionando-lhe uma habilitação técnica.

Para que esta integração ocorra, é necessário uma política estratégica de Estado que organize a estrutura física, pedagógica e humana de cada instituição que irá implementar esta modalidade de ensino. E que considere o contexto local e respeite também as possibilidades e limitações existentes, assim como as finalidades e considerações tratadas na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 sobre o ensino médio e a educação profissional.

O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam aprendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta de que se pretende explicar/compreender.

De acordo com Ramos (2005), citada por Márcia D'Ângelo, que faz referência aos pressupostos que organizam o currículo integrado:

A partir dessas considerações pode-se pressupor que a organização do currículo de ensino médio integrado ao ensino técnico deve considerar: 1) o sujeito como ser histórico-social concreto capaz de transformar a realidade; 2) a formação humana englobando tanto a formação básica como a formação para o trabalho; 3) o trabalho como princípio educativo, já que o trabalho permite “a compreensão do significado econômico, social histórico, político e cultural das ciências e das artes”; 4) uma epistemologia que tenha em conta a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e uma metodologia que possibilite a identificação das especificidades desses conhecimentos em relação à sua historicidade, potencialidades e finalidades; 5) uma pedagogia que objetive a “construção conjunta” de conhecimentos gerais e específicos, sendo que os primeiros dão fundamento aos segundos e estes exprimem o caráter produtivo concreto dos primeiros (conhecimentos gerais); 6) os fundamentos das diversas técnicas que caracterizam o trabalho moderno a partir dos eixos: trabalho, ciência e cultura. (Ramos apud D'Ângelo, 2007, p. 32 e 33).

O currículo integrado deve possibilitar ao ser humano a compreensão da realidade para além de suas aparências, portanto para trabalhar com um currículo integrado necessitamos resgatar a memória e identidade das escolas, resgatando a visão de totalidade, a união de gestores e professores que estejam envolvidos com o projeto de formação integrada, o exercício de uma experiência democrática e participativa nas decisões das escolas e professores com formação e posicionamento político para inovar os conteúdos a fim de ampliar os horizontes dos alunos.

Para elaborar um projeto político pedagógico pautado na formação integral, o projeto curricular deve ser baseado nas diferentes áreas do conhecimento que Santomé explica que são “... *reflexo de determinados propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos*”. (1998, p.100). Ou seja, são os conhecimentos pessoal/cultural, as experiências vividas pelos indivíduos ao longo de suas vidas; o conhecimento popular, os resultados das ações, interpretações dos meios de comunicação; o conhecimento acadêmico dominante, formados a partir dos conceitos, teorias e explicações de pessoas que estudam e pesquisam em universidades e organizações científicas; conhecimentos acadêmicos transformador que são os resultados do conhecimento acadêmico dominante influenciados e transformados, surgindo às revoluções científicas e conhecimentos escolares que são apresentados de forma estática, descontextualizada, reforçando os discursos e políticas dominantes.

De acordo com o Documento Base do PROEJA, revisado em Agosto de 2007, para a integração faz-se necessário uma articulação de alguns eixos norteadores como base para a estruturação desta modalidade de ensino. O primeiro princípio é o de conceber o indivíduo como ser histórico social com capacidade de mudar a realidade e ser ao mesmo tempo transformado por ela em um movimento dialético de ação consciente do trabalho.

O segundo princípio é o de compreender o trabalho com princípio educativo, ou seja, que a prática pedagógica reflita o mundo do trabalho, buscando uma unidade teórica e prática.

Assim, é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, à intencionalidade de que, por meio da ação educativa, os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constrói a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem; porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva; porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem de sociedade. (Baracho, 2006, p. 28).

O terceiro princípio é considerar a pesquisa como princípio educativo, pois ela instiga a curiosidade do educando, contribui para sua autonomia e desenvolve aspectos como análise, a crítica, a reflexão, a interpretação, a busca de soluções de alternativas.

O indivíduo, neste contexto de unidade de ensino/pesquisa, é responsável pela construção/desconstrução/reconstrução dos conhecimentos científicos e tecnológicos, do mundo e da vida.

O quarto princípio é compreender a realidade concreta como uma totalidade, como uma síntese das múltiplas relações, ou seja, que o indivíduo, através do currículo, compreenda o seu contexto e possa intervir nele.

O quinto princípio é o de contemplar a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade no projeto pedagógico da instituição ao indivíduo. Interdisciplinaridade vista como a análise de um objeto sob diferentes disciplinas; contextualização é a educação relacionada às experiências vivenciais do educando, ressignificando-as e ampliando-as; a flexibilidade é a incerteza do caminho, as mudanças decorrentes da complexidade dialética da busca do conhecimento.

Todos esses princípios devem ser contemplados pelo projeto político pedagógico da instituição que oferece essa modalidade de ensino – a do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, assim como pela prática pedagógica proposta.

A partir desses princípios, o plano de curso deve ter uma organização curricular que contemple determinados conhecimentos, capacidades e atitudes referentes à área profissional específica.

Essa organização curricular, além de considerar os conhecimentos científicos e tecnológicos, há outros aspectos a serem contemplados, como: o financiamento público necessário para desenvolver as ações; a formação permanente dos gestores, dos docentes e técnico-administrativos; o espaço com infra-estrutura adequada para diversos tipos de atividades (salas, biblioteca, laboratórios, área externa); o currículo organizado diferente para os educandos que frequentam o turno noturno; o sistema acadêmico busca um diálogo com interlocutores externos; a realização de estágios em empresas e instituições colaboradoras; a construção de um plano de implementação, acompanhamento e avaliação dos cursos.

O currículo, de qualquer etapa da educação básica, não pode ser fechado, rígido, limitado, então não poderia ser diferente pensar para o ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.

São várias as possibilidades de organização dos currículos dos cursos técnicos integrados. Assim, é muito importante que cada sistema de ensino, apoiado na participação coletiva dos sujeitos envolvidos e nas teorias

educacionais, busque a respectiva solução, pois ninguém mais do que o próprio grupo, o próprio coletivo conhece a sua realidade e, portanto, está mais habilitado para tomar decisões a respeito do currículo que vai levar à prática. A partir dessas considerações, apresentamos uma dessas possibilidades, a modo de exemplo, sujeita a análises, críticas, sugestões, revisões ou substituição por outra possibilidade compatível com realidade de cada escola e, como um modelo prescritivo. (Baracho, 2006, p. 34).

Uma organização curricular dos cursos técnicos integrados possíveis deve incluir disciplinas das áreas de conhecimento do ensino médio (as Linguagens e Códigos, as Ciências Humanas e Ciências da Natureza, Matemática – e suas Tecnologias), disciplinas que articulam as relações existentes no mundo do trabalho e os conhecimentos acadêmicos; as disciplinas coerentes com a formação profissional escolhida e a prática profissional. Essa organização apresentada acima é uma forma de didatização. As instituições podem organizar os conhecimentos em cada área profissional, permitindo contribuir com a formação integral e integrada dos sujeitos, “... a construção do currículo deve ser algo coletivo, compartilhado entre todos os agentes de cada instituição, pois ninguém mais do que cada grupo, cada coletivo conhece com profundidade e amplitude a própria realidade e o contexto no qual está inserido”. (Baracho, 2006, p. 36).

Enfim, a construção do currículo, por ser de caráter coletivo, é um processo que deve ser visto como algo inacabado e que durante sua implantação deve permitir a continuidade de discussão, avaliação e replanejamento com a participação de todos os atores envolvidos – docentes, gestores, discentes e técnico-administrativos.

O termo formação integrada é também conhecido por formação politécnica e/ou educação tecnológica. O ensino politécnico significa a unificação dos conteúdos sob a perspectiva metodológica integralizadora, que contribui para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, intensificarem a contradição principal do capitalismo e fortalecer o trabalhador.

Saviani (2003) debate sobre a proposta da politecnicidade que deriva da problemática do trabalho como princípio educativo, pois a organização da educação se dá a partir do entendimento e da realidade do trabalho. Isto ocorre porque a educação tem a função de contribuir para a formação do homem e o que caracteriza a existência humana é o trabalho, a sua necessidade de produzir e de transformar a natureza e a si mesmo.

Essa ação de transformação é realizada com base em objetivos que são traçados antecipadamente pelo homem, na medida em que ele cria cultura e, portanto, um mundo humano e esse último vão ampliando com o passar do tempo progressivamente.

O desenvolvimento da humanidade ocorre devido à formação dos homens conforme os diferentes modos de produção e suas exigências de transformação. Nesse quadro, há a realidade da escola que caracteriza as funções intelectuais coerentes com o modo de produção vigente.

Assim, o currículo escolar é construído pelo princípio do trabalho. O currículo escolar é composto por conhecimentos científicos, relacionados ao domínio da linguagem, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais.

A escola não faz referência direta ao trabalho, mas explicita instrumentos que estão associados ao indivíduo incorporar ao mundo do trabalho, como por exemplo, aprender a ler, a escrever e a contar que são pré-requisitos para a compreensão do mundo.

Nesta perspectiva, pensa a organização do ensino médio atrelada à noção de politecnia, como forma de superar a dicotomia entre o trabalho intelectual (instrução geral) e o trabalho manual (instrução profissional).

A concepção capitalista burguesa de ensino profissionalizante implica na fragmentação do trabalho, na divisão entre os que controlam o processo de trabalho e aqueles que executam, enfim formam-se profissionais habilitados para exercerem com eficiência àquelas tarefas exigidas pelo mercado de trabalho. Neste sentido o ensino profissional seria aquele que capacita o indivíduo para executar o trabalho, enquanto que o ensino científico-intelectual é para àqueles que irão conceber e controlar o processo.

Contraopondo-se a esta idéia capitalista, surge a proposta da politecnia, cujo processo de trabalho é único e desenvolve tanto no aspecto manual quanto intelectual.

Um pressuposto desta concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a com concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho. Se o homem se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a as suas necessidades (e ajustar às necessidades significa plasmar a matéria, a realidade, segundo uma intenção, segundo um objetivo, que é antecipado mentalmente), então o exercício da função intelectual já está presente nos

trabalhos manuais os mais rudimentares, os mais primitivos. A separação dessas funções é um produto histórico-social e não é absoluta, mas relativa. (Saviani, 2003, p. 5).

Assim as tarefas manuais não excluem a função intelectual, pois ao exercer sua profissão, as atividades manuais, o indivíduo aplica inteligência.

Politecnia significa, literalmente, a multiplicidade de técnicas e isto pode ser entendido como as diferentes técnicas de forma fragmentada. E não é isto, para Saviani sustentado em Marx e Gramsci, politécnica está relacionado ao domínio de princípios que fornece condições para o indivíduo desenvolver as diversas modalidades de trabalho.

Então, a idéia politecnia envolve a formação do indivíduo envolvendo aspectos referentes à articulação entre pesquisa e ensino associado a uma proposta curricular que contemple as diferentes disciplinas e também a prática, de forma indissociável.

Essa idéia de politécnica com esse sentido de multiplicidade de técnicas envolve a qualidade total tão impregnada no Sistema Capitalista, e essa busca da “qualidade total” que é compreendido como a busca da satisfação total do cliente, ou seja, adequar-se às exigências da clientela. Dentro da empresa se refere ao envolvimento do trabalhador com sucesso da mesma, havendo uma competição pelo máximo de qualidade entre os próprios operários. Esse processo resultaria em mais desemprego, a exclusão dentro da classe de trabalhadores.

Estamos, enfim, diante de uma situação que, mais do que nunca, se faz necessário resistir e lutar pela transformação da sociedade, de modo a superar os entraves que caracterizam a atual ordem social, caminhando em direção a uma forma social em que os homens – todos os homens – possam se beneficiar do imenso desenvolvimento das forças produtivas que resultaram em inestimáveis conquistas, obtidas com muito sofrimento pelo conjunto da humanidade ao longo de sua existência. Evidentemente, no estágio histórico já atingido, esse movimento de transformação não pode mais ser deixado a mercê de uma evolução natural e espontânea. Necessita, ao contrário, ser organizado de forma voluntária e consciente, de modo a superar a atual divisão e desumanização do homem, seja ele considerado como indivíduo ou como classe. (Saviani, 2003, p. 13).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A metodologia adotada na pesquisa insere-se no paradigma interpretativista, o qual se propõe a descrição e a interpretação dos fenômenos do mundo, na tentativa de compartilhar significados com as outras pessoas.

Esclarecemos que a interpretação significa a busca por perspectivas profundas em acontecimentos particulares. Ou seja,

“... a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir eventos estudados, nem emprega instrumentos estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”. (Godoy, 1995, p. 62).

Utilizou uma pesquisa documental*, analisando os projetos dos cursos técnicos, uma proposta pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, unidade de Goiânia, o curso Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e outro do SESI/SENAI do Setor Canaã, o curso Ensino Médio Articulado à Educação Técnica de Nível Médio em Alimentos.

Também utilizou-se a entrevista estruturada, marcou-se a data da entrevista, e durante a mesma foi entregue um carta de apresentação, um termo de consentimento e o protocolo de entrevista, iniciamos a entrevista quando ocorreu um tumulto, e a entrevistada aproveitou deste momento para interromper e mandar as respostas por e-mail, e que até o momento a entrevistada não se pronunciou.²

² * Entende-se como pesquisa documental o “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”. (Godoy, 1995, p.21).

CAPÍTULO 4 – ANÁLISES DOS PROJETOS DO SENAI E CEFET

Analisando os projetos de ensino das instituições SESI/SENAI e CEFET-GO (Goiânia) podemos perceber as diferenças desde o início, pois cada instituição tem seu objetivo muito bem definido, o SESI/SENAI tem como princípio oferecer cursos que a demanda de mercado necessita, bem diferente do CEFET-GO (Goiânia) que tem como princípio oferecer cursos baseados no mundo do trabalho.

Iniciaremos este capítulo com a análise do projeto de ensino articulado do SESI/SENAI, logo após a análise do projeto integrado do CEFET-GO (Goiânia), posteriormente analisaremos as semelhanças e as diferenças das duas instituições.

4.1 – Projeto SESI/SENAI

O nome do curso do SESI/SENAI é Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos, seu eixo tecnológico é baseado na produção alimentícia. Na apresentação o plano de curso lança um desafio de capacitar os jovens e adultos para o “mundo do trabalho”, contradizendo o que realmente o curso esta capacitando para o mercado de trabalho.

Vem sendo um desafio contagiante capacitar jovens e adultos para o mundo do trabalho, seja pelo dinamismo das ocupações, seja pela inquietação do mundo moderno, onde as pessoas contam com informações variadas em curto espaço de tempo. (SENAI, 2008, p. 6).

O plano de curso do SESI/SENAI deixa claro que o mundo do trabalho deve proporcionar uma demanda com profissionais versáteis, autônomos, comunicativos, criativos e multicompetentes, capaz de se adequarem às mudanças dos processos produtivos, garantindo seu lugar no mercado de trabalho.

Na justificativa do plano de curso, o SESI/SENAI limita seus cursos para fortalecer a economia do país, dizendo que a educação é o *“pilar para o desenvolvimento sustentável do país, fonte de crescimento e uma das bases para elevação da produtividade das empresas e melhoria das condições de vida das pessoas”*. (2008, p. 8). Podemos observar que este curso forma trabalhadores que devem se adequar as necessidades do setor produtivo, principalmente com o lançamento do Programa “Educação para a Nova Indústria: uma Ação para o Desenvolvimento

Sustentável do Brasil”, com o apoio do SESI/SENAI e da Confederação Nacional da Indústria, que visa uma indústria mais competitiva, baseada nos seguintes elementos

- Expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria;
- Modernização, otimização e adequação da infra-estrutura física das escolas e laboratórios;
- Flexibilização no formato e metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria;
- Capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais. (2008, p. 10).

Quando os autores do projeto citam a demanda educacional da indústria, entendemos que é a demanda de mercado que valoriza o trabalhador pelo trabalho que ele pode oferecer e não a sua totalidade de ser humano.

O projeto analisa a demanda do estado de Goiás e faz a seguinte proposta

Os cursos propostos pelo SESI e SENAI estão estruturados com vistas à formação educacional para a vida, incluindo conhecimentos de cidadania e meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e informática, buscando a formação específica, além do desenvolvimento de competências de gestão como trabalhar em equipe, cumprir normas de higiene e segurança no trabalho, de saúde e meio ambiente, praticar direitos e deveres do cidadão e demonstrar a capacidade de organizar o próprio trabalho, formando o indivíduo e o cidadão. Estão em sintonia com a rápida expansão das ciências e da tecnologia e com o processo de desenvolvimento observado no Estado de Goiás, aliando sólida base de ensino médio e de formação profissional técnica de nível médio (profissionalização e aumento de escolaridade), contribuindo, assim, para a expansão da base industrial do Estado. (2008, p. 16).

No Projeto aparecem diversas vezes as palavras “competências” e “habilidades”, se relacionando com o Toyotismo, modelo flexível de educação profissional, sendo que este modelo segue uma política de controle de qualidade, de uma mecanização flexível, eliminando os tempos mortos do processo produtivo e minimizando os estoques, visando sobre tudo o mercado de trabalho e a acumulação de capital.

Podemos perceber que o significado de “mundo do trabalho” (que aparece nove vezes no corpo do projeto articulado do SESI/SENAI), esta restrito ao mercado de trabalho (que aparece somente três vezes), pois no projeto fica claro o modelo Toyotismo, ou seja, a pedagogia da competência que não esta preocupada com a

formação integral e omnilateral do homem enquanto trabalhador e sujeito da sua própria história.

Em Goiás serão oferecidos cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo estes cursos Eletromecânica, Eletrotécnica e Química em Anápolis e Alimentos, Manutenção Automotiva e Artes Gráficas em Goiânia. Estes cursos foram oferecidos após uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o objetivo de suprir a demanda das empresas locais.

O objetivo geral do curso é capacitar os jovens e adultos trabalhadores aumentando sua escolaridade e sua autonomia como cidadão.

Implantar e desenvolver em ambientes pedagógicos do SESI e SENAI o Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em Alimentos, visando à capacitação de recursos humanos demandados pelo mundo do trabalho, dotados de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, garantindo o aumento da escolaridade e o pleno exercício da cidadania. (SENAI, 2008, p. 17).

Nos objetivos específicos, fica claro que o curso oferecido pelo SESI/SENAI serve ao mercado de trabalho e não ao mundo do trabalho como foi dito anteriormente no objetivo geral, podemos observar mais uma vez que o termo “mundo do trabalho” está restrito ao mercado de trabalho, que é completamente diferente um do outro. Vejamos a seguir os objetivos específicos

1. Formar trabalhadores para a habilitação técnica em alimentos com sólida preparação humanística, científica e tecnológica, capazes de aprender continuamente, de participar e/ou liderar equipes de trabalho;
2. Proporcionar formação profissional técnica em alimentos com aumento de escolaridade para os jovens e trabalhadores;
3. Integrar o aluno no mercado de trabalho, através de convivência com o meio profissional, por meio de estágio supervisionado ou na condição de aprendiz na área de alimentos.
4. Contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos do Estado de Goiás;
5. Propiciar o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

6. Levar o educando a construir sua identidade, no aprender e empreender, no aprender a ser e a conviver;
7. Levar o educando a compreender o significado de ciência, das letras e das artes, do processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, da língua portuguesa como instrumento de comunicação;
8. Levar o educando ao desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e psicomotor, considerando a realidade histórica. (2008, p. 17).

Esses objetivos específicos avançam como estão ditos aqui para uma perspectiva mais ampla, com observação ao item 3. Agora, cabe uma análise que esses objetivos específicos mais amplos podem ficar reduzidos as competências e habilidades com sentidos restritos na perspectiva da formação humana defendida por Gramsci e outros. No item 4. “*Contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos do Estado de Goiás*”, percebemos que o desenvolvimento industrial segue um discurso ideológico da empregabilidade voltado para o interesse de um mercado compulsivo, que cumpre uma tarefa extremamente desumana, a de alienar o trabalhador, que justifica a finalidades do Sistema Capitalista.

Os cursos oferecidos pelo SESI/SENAI possuem processos seletivos que seguem alguns requisitos como ter concluído o ensino fundamental, ter idade entre 14 e 21 anos e ser aprovado no processo seletivo, esse processo seletivo não está definido no plano de curso, contudo as vagas existentes devem ser preenchidas por 50% de candidatos vinculados a indústria e comércio. A mensalidade do aluno no 1º ano de curso é de \$250,00 reais, e a mensalidade de alunos com convênio do comércio e da indústria é de \$168, 00 reais, sendo que essas mensalidades são pagas somente no primeiro ano de curso.³

O plano de curso classifica o curso Técnico em Alimentos da seguinte forma:

Eixo Tecnológico: **PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA**

Área Profissional: **Alimentos**

Segmento Tecnológico: **Alimentos e bebidas**

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

³ * Em 2008, não houve processo seletivo, pois o curso não tinha aluno suficiente para completar a turma, sendo que, em 2009, houve processo seletivo, sem taxa de inscrição, com provas de conhecimentos do Ensino Fundamental. O aluno faz as despesas do primeiro ano do curso, no segundo e terceiro tem um incentivo do Governo Federal. (Dados obtidos na entrevista do aluno 1 que começou o curso em 2008).

Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio –
Habilitação em **Alimentos** – **3680h**

Carga Horária: 3280h de fase escolar e 400h Estágio Supervisionado

Nível da Habilitação: 3(Metodologia SENAI). (SENAI, 2008, p. 19).

O perfil profissional do técnico em alimentos do curso articulado SESI/SENAI tem como fundamento formar um cidadão capaz de solucionar problemas, dominar a língua materna, matemática, científica e cultural, transformar matéria-prima, desenvolver produtos para as indústrias, respeitar as normas de segurança alimentícia e as regras dos órgãos da Vigilância Sanitária ao Ministério da Saúde e Agricultura.

Perfil Profissional do Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio

Técnico em Alimentos – 3680h

Demonstra domínio da Língua Portuguesa, faz uso das linguagens matemática, artístico-cultural, científica e tecnológica; Seleciona, organiza, relaciona interpretar dados e informações representados de diferentes formas, construindo argumentação consistente, para tomar decisões diante de situações-problemas;

Pesquisa, planeja, avalia processos produtivos e laboratoriais de alimentos, individualmente e em grupo, transformando matérias-primas em produtos industrializados, em linha de produção e laboratórios utilizando equipamentos, vidrarias, meios de cultura, reagentes, instrumentos de verificação e controle, coordenando e orientando as operações unitárias e as tecnologias de leite e derivados; carnes e derivados; frutas e hortaliças e cereais de acordo com as normas de qualidade segurança alimentar, ambiental e do trabalho e padrões oficiais de órgãos Regulamentadores do Ministério da Saúde e Agricultura. (2008, p. 19).

As palavras, “Articulado” e “Integrado”, aparecem no texto do projeto do curso Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos com mesmo sentido. Não conseguimos aprofundar essa análise com a coordenadora deste curso, pois essas dúvidas deveriam ser esclarecidas na entrevista realizada com a mesma, o que não foi possível por motivos alheios.

Na organização curricular do Plano de Curso Ensino Médio Articulado à Educação Profissional é dividido em Unidades e Elementos de Competências do Ensino Médio que compreende Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Educação Física e Artes), Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Biologia, Física, Química e Matemática), Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Sociologia, Filosofia e Geografia), a organização curricular da articulação, Competências e Indicadores de Conhecimentos

Articulados do Ensino Médio com a Educação Profissional (Gestão de Sistemas Integrados, Informática, Gestão de Pessoas e Negócios, Controle e Qualidade e Legislação Aplicável, Inglês, Microbiologia Geral, Análises Bromatológicas, Química de Alimentos, Segurança do Trabalho, Planejamento e Controle de Produção), e Competências e Indicadores de Conhecimentos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Alimentos (Planejamento e Controle de Produção, Microbiologia de Alimentos, Análises Bromatológicas de Alimentos, Análise Sensorial, Processos de Conservação de Alimentos, Bioquímica de Alimentos, Boas Práticas de Fabricação, Análises de Perigo e Pontos Críticos de Controle, Operações Unitárias, Tecnologia de Leite e Derivados, Biotecnologia, Tecnologia de Cereais, Tecnologia de Frutas e Hortaliças, Tecnologia de Carnes e Derivados e Estágio Supervisionado).

O processo de avaliação da aprendizagem dos alunos será contínua e cumulativa, observando o aluno diariamente, realizando trabalhos individuais e coletivos, com provas orais e/ou escritas, relatórios, atividades extra-classe, resolução de situações problemas e desenvolvimento de projetos, observando se o aluno desenvolveu as competências da disciplina, bem como a criatividade e o hábito de pesquisar.

A avaliação dos alunos será contínua e cumulativa, envolvendo os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, relacionados com os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelos alunos, devendo estimular reflexões sobre os planos e projetos pedagógicos dos cursos ministrado pelas unidades escolares. (SENAI, 2008, p. 193).

O processo de avaliação deverá contemplar a dimensão qualitativa sobre a quantitativa, porém os indicadores de desempenho e dos resultados das avaliações são em níveis que representam notas, que seguirão os seguintes critérios abaixo:

NÍVEL V – notas de noventa (90) a cem (100) – Indica que os discentes alcançou a capacidade de desempenho da competência, em nível de excelência, com capacidade de iniciativa e adaptação às situações problemas, sendo capaz de orientar e supervisionar outros na execução da competência.

NÍVEL IV – notas de oitenta (80) a oitenta e nove (89) – Indica que o discente alcançou a capacidade de desempenho da competência, em nível satisfatório, demonstrando capacidade de iniciativa e adaptação às situações problemas.

NÍVEL III – notas de sessenta (60) a setenta e nove (79) – Indica que o discente alcançou a capacidade de desempenho da competência requerida no perfil profissional de conclusão, em nível satisfatório, porém necessita de supervisão.

NÍVEL II – notas de quarenta (40) a cinquenta e nove (59) – Indica que o discente alcançou capacidade de desempenhar partes das competências, necessitando de assistência e orientação para executá-la em nível satisfatório.

NÍVEL I – notas de zero (0) a trinta e nove (39) – Indica que o discente não alcançou as competências requeridas pelo perfil profissional, devendo rever a unidade escolar. (2008, p. 194).

4.2 – Projeto CEFET-GO (GOIÂNIA)

O nome do curso oferecido pelo CEFET-GO (Goiânia) é Técnico de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), este curso nasceu da necessidade de ampliar a oferta de vagas do Ensino Médio e Técnico da modalidade de Jovens e Adultos após uma pesquisa que averiguou uma deficiência na demanda na sociedade profissional qualificada na área de serviços de alimentação, além de seguir os princípios desta instituição de ensino que são muito bem definidos, como verificaremos abaixo:

Ressalta-se também que essa decisão segue o princípio político-pedagógico da coordenação que é o fortalecimento da instituição pública, gratuita e de qualidade, e de inclusão social, uma vez que ainda permanece a estrutura historicamente construída de um Brasil com alto índice de concentração de riquezas, o que gera a desapropriação de parcelas significativas da população brasileira das benesses econômicas e sociais. (CEFET-GO, 2006, p. 05).

Diante da análise realizada pelo Instituto de Hospitalidade no setor turístico-hoteleiro do Brasil, a CEFET-GO (Goiânia) optou pelo ensino profissional integrado, voltado para a educação de jovens e adultos e para o setor de bares e restaurantes, vejamos os resultados desta pesquisa que direcionou a escolha deste curso.

1º) Existe uma nítida relação entre escolaridade e renda, ou seja, quanto mais se estuda, mais se eleva o nível salarial do trabalhador, ou vice-versa. O nível mais baixo de escolaridade e renda está nos segmentos de bares e restaurantes, que apresenta uma média de remuneração abaixo de dois salários mínimos;

2º) A média de idade dos trabalhadores no setor turístico é de 30 (trinta) anos e no setor específico de bares e restaurante é de 35 (trinta e cinco) anos, portanto, adultos;

3º) Em Goiás, 34% dos trabalhadores do setor estão cursando ou já cursaram a primeira fase do ensino fundamental, 35% estão cursando segunda fase e os 31% restantes, concluíram o ensino fundamental;

4º) Em relação às indicações dos empresários do setor, percebe-se que a principal reclamação esta na dificuldade de encontrar trabalhadores qualificados. Assim, diante desta realidade, a exigência de escolaridade ainda recai apenas para o término da primeira fase do ensino fundamental. (CEFET-GO, 2006, p. 06).

O curso técnico integrado em serviços de alimentação na área de turismo e Hospitalidade são destinados ao público de jovens e adultos voltado para a inclusão social, com o objetivo de formar trabalhadores cidadãos com consciência de sua unicidade, capaz de transformar sua realidade, de criar cultura e se relacionar com ela, com autonomia, com criticidade e solidariedade. Com base nessa formação este curso técnico integrado em serviços de alimentos é baseado na articulação da teoria e da pratica sem separar o ato do pensar e do fazer na perspectiva da formação integrada.

Assim, optou-se pela criação de um curso técnico na modalidade integrado uma vez que, dada a sua natureza, ampliam-se as possibilidades de articular teoria e a pratica no processo de aprender, pensar e reconstruir o conhecimento, de integrar, desintegrar e reintegrar a capacidade de fazer, pensar, sentir e agir, de buscar romper, a partir das disciplinas e dos seus objetos específicos, a visão fragmentada de mundo, que também se expressa na produção da ciência. Disto decorre a necessidade de propor formas de diálogos entre os diversos campos de conhecimento, aproximando, desta maneira de uma ação interdisciplinar. (CEFET-GO, 2006, p. 07).

O CEFET-GO (Goiânia) com a implantação deste curso técnico na modalidade integrado traz diversas modificações do conceito de educação de jovens e adultos, pois ela passa a ser um direito adquirido, reparando um direito negado anteriormente reconhecendo a igualdade do seres humanos, equalizadora, pois é ampliada a todos os trabalhadores, desde dona de casa, os feirantes, ambulantes até auxiliar de cozinha em restaurantes, e qualificadora, formando permanentemente dentro e fora da escola durante a vida toda, se realizando profissionalmente, pois o ser humano é incompleto e esta em constante transformação, afastando a função compensatória, assistencialista e supletiva que a educação de jovens e adultos vem trazendo desde sua criação.

O curso será oferecido em seis semestres, com carga horária de 2.130 horas, sendo que 1.320 horas são destinadas as disciplinas do Ensino Médio e 810 horas destinadas ao Ensino Técnico, com estágio supervisionado, podendo ter início desde o 2º semestre. As aulas serão ministradas nos turnos vespertino e noturno, de segunda a sexta- feira.

O curso técnico em serviços de alimentação será oferecido anualmente com 60 vagas, divididas a metade no primeiro semestre e a outra metade no segundo semestre, os candidatos participaram de um processo seletivo através de um sorteio, não será cobrada taxa de inscrição, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Fundamental e possuir idade mínima de 17 anos completos.

O perfil do aluno técnico em serviços de alimentação que essa instituição quer formar para trabalhar em diferentes locais deve ter as seguintes atribuições:

- 1º) Conceber, organizar e viabilizar produtos e serviços de alimentação adequados aos interesses, hábitos, atitudes e expectativas da comunidade;
- 2º) Organizar espaços físicos de alimentação, prevendo seus ambientes, uso e articulação funcional e fluxo de trabalho e de pessoas;
- 3º) Operacionalizar política comercial, realizando prospecção mercadológica, identificação e captação de usuários dos serviços de alimentação e adequação dos produtos e serviços;
- 4º) Operar a comercialização de produtos, serviços e atendimentos realizados, compreendendo sua responsabilidade na qualidade dos alimentos manipulados para a manutenção da saúde do consumidor e desenvolver valores, atitudes e comportamentos profissionais orientados para o cliente;
- 6º) Praticar as diversas técnicas de manipulação dos alimentos: higienização, conservação e aplicações de uso;
- 7º) Executar atividades de gerenciamento técnico e administrativo do núcleo de trabalho, articulando os setores internos e coordenando os recursos humanos e materiais;
- 8º) Executar atividades de gerenciamento dos recursos tecnológicos, supervisionando a utilização das máquinas, equipamentos e meios de informatizados;
- 9º) Realizar a manutenção dos serviços de alimentação e adequá-los às variações da demanda. (CEFET-GO, 2006, p. 12).

Com a análise do público do curso técnico em serviços de alimentação o CEFET-GO (Goiânia) traçou uma estratégia metodológica que estabeleceu quatro eixos temáticos que buscou romper o isolamento das disciplinas e a aprendizagem fragmentada através de conhecimentos de diversas áreas, pensando, refletindo e propondo alternativas de aprendizagem que supre a necessidade dos jovens e adultos, integrando teoria e prática desde o início do curso.

Os eixos temáticos que nortearam o curso Técnico em Serviços de Alimentação são Eixo Temático 1: Trabalho, Cultura e Alimentação, Eixo Temático 2: Conhecimento, Tecnologia e Alimentação, Eixo Temático 3: Desenvolvimento e

Responsabilidade Sócio-ambiental e Eixo Temático: Serviços de Alimentação e Mercado x Gestão e Alternativas de Trabalho e Renda.

As disciplinas do curso serão divididas em dois grupos, Núcleo Comum (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia do Trabalho, Informática e Educação Física, sendo esta última disciplina facultativa para o aluno) e Formação Profissional (História da Alimentação, Nutrição, Qualidade e Segurança Alimentar, Tecnologia Culinária, Serviços de Alimentação e Gestão do Setor de Alimentação).

O processo de avaliação do curso é diagnóstico, contínuo e processual, sendo que tais critérios avaliativos serão definidos pela coordenação, observando a especificidade dos alunos.

Ambas as instituições oferecem cursos na mesma área de alimentos, porém com nomes diferentes e focos diferentes (uma indústria e outros serviços), o SESI/SENAI Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos e no CEFET-GO (Goiânia) Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Jovens e Adultos. Ambas as instituições exigem dos alunos a conclusão do Ensino Fundamental, porém uma instituição é privada e outra é pública.

O curso do SESI/SENAI é oferecido no turno matutino, enquanto o Curso do CEFET-GO (Goiânia) é vespertino e noturno. Cada instituição tem seus princípios, o curso SESI/SENAI apesar de citar inúmeras vezes “mundo do trabalho”, esta voltada para pedagogia da competência, cuja formação dos trabalhadores está restrito a demanda do mercado de trabalho, no desenvolvimento da indústria, na política de controle de qualidade, enfim na alienação do trabalhador. O curso do CEFET-GO (Goiânia) segue uma linha contrária da outra instituição, pois seu curso visa uma concepção de política ampla, com o objetivo na formação fundamentada na integração de educação, trabalho, ciência, cultura, técnica, ética, tecnologia, humanismo, contribuindo para a transformação do indivíduo no exercício da cidadania, capaz de dirigir e ser dirigido, pois se trata de uma educação como uma totalidade social, com a finalidade de superar a dicotomia teoria/prática, trabalho manual/trabalho intelectual.

O curso do SESI/SENAI é seletivo e exclusivo, pois além do processo seletivo baseado nos conhecimentos gerais do Ensino Fundamental, ainda tem um fator

agravante, uma mensalidade de alto valor financeiro, pois corresponde a 53,8% do salário mínimo.*⁴

O curso do CEFET-GO (Goiânia) tem como princípio a inclusão social, os candidatos as vagas são selecionados através de um sorteio, sua organização de horários, currículo e outros, estão voltados para a formação integral dos alunos, é um curso isento de taxa de inscrição, matrícula, é totalmente gratuito e federal.

⁴ * O salário mínimo atualmente no Brasil é R\$465,00 reais, esta comparação foi realizada com o aluno que não tem nenhum vínculo com o comércio e a indústria cuja mensalidade é de R\$250,00 reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho “Ensino Articulado X Ensino Integrado: caso SESI/SENAI e CEFET-GO (Goiânia)” surgiu a partir de uma dúvida sobre esses dois tipos de ensino da Educação Profissional, analisando as semelhanças, diferenças e características de cada um deles.

Ao analisar a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica voltada para atender prioritariamente grupos carentes, marginalizados e alunos de baixa renda percebemos que a educação profissional nega ao aluno o direito à educação básica e o acesso a todos os níveis de ensino. Isto demonstra o quanto às tentativas em relação ao ensino profissionalizante (ensino médio) tem ficado apenas no discurso e quando vão para o âmbito da concretização os desafios, as contradições permanecem. Com o PROEJA o sistema educacional tem a pretensão de ao invés de separar, unificar/integrar a educação básica e a formação profissional, romper com essa educação assistencialista e exclusiva. (Brasil, 2007).

A proposta de Educação Profissional de ensino articulado do SESI/SENAI tem o foco no mercado de trabalho conforme projeto de curso que difere totalmente da proposta de Educação Básica (Brasil, LDB/96), na perspectiva dos direitos universais do cidadão.

Os desafios segundo Kuenzer (1997), são a busca da integração da política de educação profissional à política de trabalho e emprego e a definição do foco da educação profissional baseado na premissa de que o indivíduo seja capaz de obter emprego e se manter no mercado de trabalho.

A proposta de Educação Profissional Integrada a Educação de Jovens e Adultos de ensino do CEFET-GO (Goiânia) tem o foco no sujeito, na construção de sua identidade, pois sendo um ser histórico, pode ser capaz de interagir e transformar sua realidade, autônomo, crítico, independente, solidário e acima de tudo ter a capacidade de dirigir e ser dirigido no mundo do trabalho, pois esta instituição tem seu princípio

político-pedagógico pautado no fortalecimento das instituições públicas, gratuita e principalmente de qualidade. (CEFET-GO, 2006).

Com isto, faz-se necessário que a sociedade compreenda que a integração da educação profissional e educação de jovens e adultos é necessária para a formação do trabalhador. (Frigotto, Ciavatta, Ramos (orgs), 2005). Entretanto o setor produtivo esta utilizando o espaço da escola como meio de selecionar competências, indivíduos que obtém sucesso e que reajustam melhor ao padrão desejado do mercado (Porto, 2001). É necessário ir para lógica capitalista, é preciso que a sociedade exija que o MEC e os órgãos competentes cumpram com sua função, que é garantir no mínimo o direito de todos à Educação Básica preconizado na Constituição Federal de 1988.

O que o MEC fez há algum tempo atrás é usar a estrutura dos CEFETs e ETFs e outras instituições federais para oferecer cursos rápidos, com baixo custo de acordo com a demanda do mercado de trabalho (Kuenzer, 1997). Porém, já se tem esclarecido que a educação oferecida pelos CEFETs atualmente *“encerra uma opção teórico-metodológica e ideológica centrada na construção de espaços destinados à concretização de uma práxis assentada na perspectiva da inclusão social de parcelas significativas da população aos conhecimentos produzidos”*. (CEFET-GO, p. 7, 2006).

O que podemos perceber é que o Projeto do SESI/SENAI não apresenta nenhuma preocupação em relação à integração, mantém as disciplinas, mas não há um esforço para que elas estabeleçam um diálogo entre si, mantém uma lógica fordista e toyotista, que separa teoria e prática. (SESI/SENAI, 2008).

Em relação a “competências” e “habilidades”, percebemos que o SESI/SENAI esta na lógica de manter a separação entre teoria e prática, enquanto que o Projeto do curso Técnico Integrado vinculado ao PROEJA, CEFET-GO (Goiânia) avança na perspectiva da formação omnilateral (do latim omnis = tudo e latus = lado, significa desenvolvimento integral do homem), a partir da integração da teoria e prática, do pensar e fazer, trabalho manual e intelectual, da cultura geral e tecnologia e das diversas dimensões do Processo educativo. (Ciavatta, 2005).

De uma forma geral os projetos são diferentes em relação à perspectiva de educação, o projeto do SESI/SENAI segue a perspectiva da pedagogia da competência, enquanto o projeto CEFET-GO (Goiânia) a formação integral do indivíduo, neste sentido podemos observar que tipo de homem cada instituição quer formar, e conseqüentemente qual tipo de sociedade cada instituição espera, pois o SESI/SENAI está preocupado com a industrialização, com a qualidade total, com uma visão

fragmentada de mundo servindo ao Sistema Capitalista, mesmo que para isso seja necessário educar para a alienação do trabalhador. E o CEFET-GO (Goiânia) se preocupa com o fortalecimento da instituição pública, gratuita e de qualidade e com a transformação do indivíduo através da educação, do trabalho como princípio educativo, da integração entre teoria e prática *“no processo de aprender, pensar e reconstruir o conhecimento, de integrar, desintegrar e reintegrar a capacidade de fazer, pensar, sentir e agir, de buscar romper, a partir das disciplinas e dos objetivos específicos, a visão fragmentada de mundo...”* (CEFET-GO, 2006, p. 7).

Nos tempos atuais não cabe outro tipo de formação humana que não seja a formação integral, pois temos que romper com a exclusão social na educação brasileira, são mais de 100 milhões de pessoas*⁵ que não concluíram a educação básica, de uma forma geral conforme o Documento Base do PROEJA (2007) estas pessoas precisam de uma educação diferenciada, capaz de formar o trabalhador com dignidade, pois este sujeito antes rejeitado pela sociedade precisa exercer sua função no mundo do trabalho, transformando sua realidade e a sociedade.

É bom lembrar que o projeto de curso Técnico Integrado do CEFET-GO (Goiânia) trabalha com a concepção transformadora e emancipatória do homem, é preciso ressaltar que o conhecimento se constrói socialmente nas relações sociais e produtivas. Com isto, constatamos que o homem é sujeito de sua própria história, que, portanto, é dinâmica e dialética, sendo possível modificar sua realidade. Esta é a nossa busca diária, que os discursos se tornem realidade através da superação dos desafios com nossas constantes lutas.

⁵ * Este número foi obtido pela pesquisa realizada pelo IBGE, por amostra domiciliar em 2007, publicada em 2009, analisando os aspectos complementares de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 28º ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARACHO, Maria das Graças e outros. In: **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?/Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRASIL. **Assembléia Nacional Constituinte Federal**. Brasília, 1988.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Marcos legais. 2. ed. Brasília, 1999.
- _____. **Projeto de Lei n. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, 2008.
- _____. **Diretoria de Ensino Médio e Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica**. Síntese do processo de discussão com a sociedade sobre política da articulação entre educação profissional e tecnológica e ensino médio, visando à elaboração da minuta do decreto que regulamenta os artigos 35 e 36 e 39 a 41 da LDB e revoga o Decreto n. 2.208/97. Brasília, 2004.
- _____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional como Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília, DF, agosto de 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.478, de 24 de Junho de 2005**. Institui no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração

da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.154, de 23 de Julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.840, de 13 de Julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos – PROEJA, e dá outras providências. Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego, Brasília, 2006.

BURNIER, Suzana. **Os significados do trabalho segundo técnicos de nível médio.** In.: Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, s.p., Campinas, jan/abr 2006. Disponível em www.cedes.unicamp.br

CEFET. **Projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em serviços de alimentação na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA).** Goiânia: CEFET, 2006.

Clavatta, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade* In: **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições.**

FRIGOTTO, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O trabalho como princípio educativo. Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960).** Rio de Janeiro: PUC-RJ. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Educação, 1990.

Clímaco, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais, Trabalho e Educação – o desafio da democratização.** Goiânia, 2007.

D’Ângelo, M. Escola Técnica Federal de São Paulo: **A integração do saber e do fazer na formação do técnico do nível médio (1965-1986).** Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, 2007.

Gramsci, Antonio, 1891-1937. **Os intelectuais e a organização da cultura/ Antonio Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho – 9 ed.-** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades.** Revista de Administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

_____. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul/ago. 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERRETI C. et alii. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRETI, Celso J. e outros (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo – para onde vai à escola?.** São Paulo: Xamã, 1999.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M e RAMOS, (orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições,** São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. Aspectos complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional-2007.** Rio de Janeiro, 2009.

KHOL, Marta de Oliveira. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO/MEC, Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6).

KUENZER, Acácia Zeneida. A Reforma do Ensino Técnico no Brasil e suas Conseqüências. In: **Trabalho Formação e Currículo.** FERRETTI. Celso J.; SILVA JR. João dos Reis.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.) São Paulo:Xamã, 1999.

_____. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado em questão.** Brasília: INEP, REDUC, 1991.

_____. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal /** Acácia Kuenzer. – São Paulo: Cortez, 1997. – (Questões da nossa época; v. 63).

LODI, Lucia Helena. Ensino Médio Integrado: Uma alternativa de educação inclusiva. In: **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

MANFREDI, Silva Maria. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular.** São Paulo: Livraria Brasiliense, 1980.

_____. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em serviços de alimentação na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA). Goiânia: CEFET, 2006.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Ramon. Formação Profissional e Mercado de Trabalho: O Ensino de Segundo Grau e a Profissionalização em Questão na Década de 1980. FRIGOTTO., CIAVATTA (orgs.). **A Formação do Cidadão Produtivo: A Cultura de Mercado e Ensino Médio Técnico**. MEC/INEP, 2006.

PORTO, Aquino. **Aquino Porto e a industrialização em Goiás**. Organização Coelho Vaz – Goiânia: Kelps, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Demerval. **O nó do ensino de 2º grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/Inep – CENAFOR, n.1, out. 1986.

_____. **Sobre a concepção de politécnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 1989.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **CUT/SNF. Trabalho e educação num mundo de mudanças. Caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros**. São Paulo: Ed. Autor, 1998.

_____. **O choque teórico da politécnia. Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: 2003.

SENAI. **Ensino Médio Articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos**. Goiânia: SENAI, 2008.

TUMOLO, P.S. **Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos e interpretação**. Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, n.82, 2003.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>

Sítios:

WWW.forumeja.org.br

WWW.eja.org.br

WWW.mec.gov.br

WWW.inep.gov.br

WWW.humanidadesemfoco/cefetgo. br

WWW.eci.ufmg.br/trabeduc/

http://cedes-gw.unicamp.br/revista/rev/sumarios/sum61.html

WWW.anped.org.br

WWW.uff.br/trabalhonecessario/

WWW.uff.br/ejatrabalhadores/

WWW.scielo.com.br/

e-mail: Canaã.senai@sistemafieg.org.br

ANEXOS



Goiânia, 09 de Agosto de 2009
De: Rejane de Azevedo Batista Eleutério
Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos -
PROEJA/CAPES/SETEC/MEC

Para: Ilmo(a) Sr(a) Coordenadora Luciene Rodrigues

Dirijo-me a V. Sa. com o objetivo de solicitar sua participação no projeto de pesquisa que estou desenvolvendo, como aluna da especialização em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA/CAPES/SETEC, desenvolvido pelo IFG/UFG Faculdade de Educação, sob orientação da professora Ms. Jaqueline Maria Barbosa Vitorette.

A intenção do projeto de pesquisa é investigar as características do ensino articulado e ensino integrado. Este estudo se constitui tema de especialização para conclusão do curso.

Entretanto, esse conhecimento só será possível, se eu puder contar com a sua participação através do relato de sua vivência e experiência, os quais são de fundamental importância para o alcance do objetivo proposto.

Desta forma, gostaria de contar com sua participação por meio de uma entrevista que será em local e horário estabelecido de comum acordo, com tempo de duração de 20 a 30 minutos. Posso lhe assegurar que todos os dados fornecidos serão confidenciais e nenhum participante que tomar parte no estudo será identificado nem qualquer comunicação ou publicação futura.

Sei o quanto seu tempo é valioso e quão importante será a sua contribuição.

Para qualquer informação adicional, ou qualquer dúvida, deixamos a disposição os nossos telefones: 34340292 ou 91623637. Email: rejane@uganet.com.br

Atenciosamente,

Rejane de Azevedo Batista Eleutério

PROTOCOLO DE ENTREVISTA

Coordenador/professor

Identificação:

1. Nome:.....
- 2 SexoIdade:.....
3. Formação:.....
4. Onde fez o ensino médio.....
 - a) a graduação:.....
 - b) Pós-graduação.....
 - c) experiência(s) em outra(s) escola(s)
- 4- Função que exerce no SENAI no curso Ensino Médio articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Alimentos SESI/SENAI
 - a. coordenador
 - b. Professor(a)
- 5 Trabalha com o curso deste o seu início de implantação?.....
6. Tempo que trabalha no SESI/SENAI (anos).....
7. Jornada de Trabalho:
 - a)20 horas B) 40 horas c)DE. Dedicção exclusiva

Bloco I

- 1) Para começar a nossa entrevista você poderia dizer: O que é ensino médio articulado à educação profissional?
- 2) Como se dá a articulação do currículo do curso? Como se pensou isso no seu dia a dia?
- 3) Existe(m) reunião(es) do corpo docente do curso? A)Caso Sim. Com que freqüência? Qual o propósito dessas reuniões? 2)Caso Não. Por que?
- 4) Como se dá o processo de seleção, dos alunos para o curso?
 - a) Existe custo para o aluno?Caso Sim. Quais?
 - b) Há algum tipo de auxílio financeiro para os alunos que tem algum tipo de dificuldade financeira para estudar?
- 5) Quando o estágio acontece, em que época do curso?
- 6) O que você entende por mercado de trabalho? E mundo do trabalho?
- 7) Qual o significado de competência e habilidades?
- 8) O que significa "sólida preparação humanística, científica e tecnológica"?
- 9) Qual o significado de empreender? Como isto acontece no curso?
- 10) Você poderia dizer o que é educação profissional para você? Dê um exemplo.
- 11) O que mais você gostaria de dizer que não foi perguntado?

Aluno

- 1) Como foi o processo seletivo? (Taxa de inscrição, local da seleção, conteúdo da prova...).
- 2) Como é realizado o estágio supervisionado?
- 3) Qual valor da mensalidade? (Tem convênio, desconto, bolsa escolar...).
- 4) Entre as disciplinas do curso há alguma articulação ou integração?
- 5) O que você entende de mercado de trabalho e mundo do trabalho?
- 6) O que mais você gostaria de dizer que não foi perguntado?

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ concordo em participar, voluntariamente, do estudo sobre a compreensão das características do ensino integrado e do ensino articulado, entendo sua proposta e natureza. Reconheço que as informações poderão ser utilizadas em futuras publicações, desde que meu anonimato e o sigilo da autoria de minhas respostas sejam garantidos. Reservo-me ainda, o direito de interromper minha participação quando quiser ou achar necessário, e de não responder a algum questionamento que não considere pertinente.

Goiânia, _____ de _____ de 2009.

(assinatura)

